

Incorporações da UB e IMESPP



Jornal da **unesp**



**A NOSSA
EXPANSÃO**

- Reitores aprovam desempenho do CRUESP (Págs. 6 e 7)
- Grupo de Percussão do IAP, um sucesso (Pág. 12)
- Instituída a monitoria na graduação (Pág. 10)
- Capes consolida mais sete programas de Pós (Pág. 12)
- 1986/10 anos da UNESP. A história pode mudar (Pág. 3)

O ensino gratuito chega ao seu público

A foto desta capa já é conhecida. Ela ocupou este mesmo espaço na edição de dezembro do ano passado. Registro de uma das tantas manifestações havidas em defesa do ensino público e gratuito, serviu, naquela vez, para revelar uma das principais intenções contidas num documento que tratava da expansão da UNESP. Neste momento, ela volta para confirmar a realização de um dos objetivos maiores desta Universidade.

Páginas 3, 4 e 5

Conselho inicia discussão do novo estatuto da UNESP

O Conselho Universitário (CO) discutiu e definiu, em sessão realizada no dia 26 de novembro, os seus procedimentos internos visando a elaboração do novo estatuto da Universidade. Não ficou definido um prazo para que se chegue a um documento final mas a primeira reunião exclusiva do colegiado para a discussão do assunto está marcada para o dia 16 de dezembro, devendo se repetir em períodos quinzenais.

O procedimento a ser adotado — resultado consensual das várias proposições apresentadas por conselheiros — é o de transformar o colegiado em uma comissão de estudos, com a participação de todos os seus membros. Os assuntos próprios do CO serão discutidos em sessões normais, ordinárias ou extraordinárias.

A base para as discussões do novo estatuto é o substitutivo apresentado pelo reitor Jorge Nagle. O documento será dividido em partes (títulos ou capítulos,

por exemplo) tanto para discussão e conseqüente apresentação de emendas como para votação. Segundo o que foi decidido, as reuniões da comissão de estudos serão de dois tipos, cada um com características próprias: uma para discussão e apresentação de emendas e outra somente para votação. O quorum necessário nessa fase dos trabalhos é de dois terços e a aprovação das emendas depende do voto da maioria absoluta dos conselheiros em exercício, cujo número total é de 74 membros.

Concluídos os trabalhos da comissão de estudos, esta será automaticamente dissolvida. O Conselho Universitário terá em mãos, então, três documentos: o anteprojeto elaborado pela comunidade durante os congressos de reestruturação, o substitutivo do reitor Jorge Nagle e o substitutivo da comissão de estudos. Um desses é que será aprovado, sem prejuízo de emendas. Caso nenhum dos três seja aprovado, uma hipótese remota, permanecerá o estatuto atual.

SBPC define calendário para a 40ª reunião anual

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) já definiu o calendário de organização da sua 40ª Reunião Anual, a ser realizada de 10 a 16 de julho, no campus da USP, em São Paulo. Os prazos são os seguintes: 4 a 15 de janeiro — Distribuição dos formulários de inscrição e de apresentação de resumos; 25 de fevereiro — Prazo final para o recebimento de resumos de comunicações; 10 de março — Prazo final para recebimento das propostas das sociedades e entidades científicas; 15 de abril — Prazo final para confirmação, pelos autores, de que a comunicação inscrita será apresentada; 20 de abril — Prazo final para confirmação, pelas sociedades científicas, das atividades propostas.

unesp 

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Reitoria: Praça da Sé, 108 - Cep 01001 - São Paulo, SP

Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Outra Unidade: Instituto de Física Teórica (São Paulo)

Autarquia vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia - FATEC - de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle

Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores das Unidades Universitárias: Ayr Lima de Castro, Alfredo João Rabaçal, Alvanir de Figueiredo, Antenor Araujo, Antonio Christofletti, Antonio Espada Filho, Antonio Gilberto F. Fernandes, Antonio Quelce Salgado, Carlos Landucci, Carminda da Cruz Landim, Fernando Mesquita Lara, Joji Ariki, José Ribeiro Júnior, José Ruy Ribeiro, Lourival Larini, Marcos Alegre, Neivo Luiz Zorzetto, Nilo Odália, Ricardo Antonio de Arruda Veiga, Waldemar Saffioti, Waldir Gandolfi e William Saad Hossne.

Representantes Docentes: Almir Lima de Castro, Elcio Marcantonio, Jehud Bortolozzi, Manoel Dias Martins e Roberto Ribeiro Bazilli (titulares); Antonio Carlos Buzoli, Erler Schall Amorim, Gildo Matheus, Márcio Rubens Graf Kuchembuck e Tereza Correa Cariola (adjuntos); Carlos Erivany Fantinati, Gerson Munhoz dos Santos, José Perozim, Luis Antônio Toledo e Manoel Victor Franco Lemos (assistentes doutores); Dib Gebara, Fernando Dagnoni Prado, Márcio Antônio Teixeira, Reynuncio Napoleão de Lima e Sérgio Amâncio Cruz (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Antônio Kimaid, Arlêta Zelante Maryssael de Campos, Carlos Augusto Moraes e Araújo e Ronele Maria de Souza Pina (auxiliares de ensino).

Representantes técnico-administrativos: Ailton Camplesi, Alberto Ney Freitas Simas, Benedito Carlos Piveta, Djalma Cordeiro da Silva, Francisco Inácio Pinheiro, José Firmino Pereira da Silva, Luiz Gonçalves Rodrigues, Mário Yukiyasu, Reinaldo Teixeira de Oliveira, Sérgio Grosso e Waldemar Pessoa da Cruz.

FAESP: José João Aued Júnior

FIESP: Horácio Lafer Piva

FCESP: Abram Szajmam

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura. Endereço: Praça da Sé, 108, 4.º andar (CEP 01001), São Paulo, SP. Telefones: 32-7755 e 32-7757.

Redação: José Roberto Ferreira (MT - 17.039) - editor; Adriana Machado, José Antonio Dahwache e Katia Saisi.

Arte: Celso Pupo

Fotos: Clóvis Ferreira Lima

Tiragem: 17.000 exemplares

Júri indica vencedores do concurso de fotografia

Quatro professores e dois alunos venceram o concurso "Fotografe a UNESP", evento promovido pela Comissão de Atividades Culturais (CAC) e que teve 60 participantes — com um total de 194 trabalhos.

Na categoria de fotos coloridas, o primeiro colocado foi Leonardo Colosso, do ILHP-Assis. E na de preto e branco, a vencedora foi Marília Martins Coelho, do IB-Rio Claro, que obteve também a terceira colocação na categoria de fotos coloridas. Ambos os docentes foram premiados com passagens para um cruzeiro marítimo a bordo de um navio da Linha C, para o verão 87/88.

O segundo colocado na categoria colorida foi Marney Pascoli Cereda, docente da FCA-Botucatu, que recebeu uma máquina fotográfica Goko Frata UF2, com motor-drive. O prêmio para o terceiro colocado nessa categoria, que ficou com a professora Marília Coelho, é uma câmara fotográfica Yashica MF 3 Super e um flash eletrônico Frata 124.

Na categoria preto e branco, o segundo colocado foi Romildo Sant'Anna, professor do IBILCE-São José do Rio Preto, que terá uma viagem para Foz do Iguaçu. Em terceiro lugar, nessa categoria, ficou Andrés Mauricio Martin Flores, aluno do IB-Rio Claro. Seu prêmio foi uma câmara fotográfica Yashica MF 3 Super. Todos os premiados receberão ainda dois filmes 135, de 24 poses, e uma assinatura da revista Fotoptica.

CRITÉRIOS INTERNACIONAIS

A comissão julgadora foi formada por seis membros, todos com larga experiência tanto na realização de trabalhos fotográficos como também no seu julgamento. São eles: Fayes José Mauad, Jandira Telles de Vasconcellos, Sérgio Antônio Siufi, Bettina Musatti, Armando Rozário e Wladimir Augusto Fontes.

Conforme explicou o presidente do júri, Fayes Mauad, os critérios usados no concurso "Fotografe a UNESP" são os mesmos determinados pela FIAP — Federación Internationale des Arts Photography — de Genebra, reconhecida pela UNESCO. São basicamente quatro os critérios adotados: visão ou concepção fotográfica, composição, tratamento adequado ao tema proposto e, por último, a técnica. Segundo Fayes Mauad, "com esses critérios e com a experiência dos jurados, as fotos escolhidas eram realmente as melhores", afirma.



Categoria P&B: as bicicletas na câmara de Marília Coelho



Categoria colorida: Colosso venceu com este trabalho

Falsos escrúpulos

MARIZA

Desde quando integrávamos a rede de Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado e, depois, quando nos transformamos na UNESP, sempre fomos a favor do ensino público e gratuito. Antes e agora, o "slogan", o lugar comum continua o mesmo. Agora, mais do que antes, o sentido mais generoso da intenção permanece; porém, o que está sendo feito para transformar a intenção em proposta e esta em projeto, em resumo, em atuação prática? Quase nada. Ah, as boas intenções, o espírito inflamado, a discursiva inconsequente... E o que dizer da falta de perspectivas mais de estadistas e nomes de gerentes e de burocratas para que se pense e se realize o sonho — ainda, apenas, sonho! — de universidade pública e gratuita no Estado de São Paulo?

Não é possível continuar fingindo que somos democratas ou progressistas ou de esquerda... nem dá mais para ficar dizendo nas palestras, seminários, mesas-redondas, conferências, congressos... que somos pela escola pública e gratuita... e ponto final.

Isso é fácil e cômodo e tem dado origem a uma pseudovanguarda progressista que só tem contribuído para manter o estado atual das coisas. E ninguém anda ruborizado por aí. Faz-se uma criticazinha aqui, uma pregaçõzinha acolá; nada de pôr a mão na massa, esta entendida nos seus múltiplos significados. Toda massa cheira mal, contamina a pureza dos nossos espíritos... E tudo é política da boca para fora, do tipo "Pra inglês ver". E tudo está certinho, bem ao gosto do intelectual de palanque. Onde se encontra a relação entre pensamento e ação? Pensamento com idéias claras, com princípios bem estabelecidos, com diretrizes bem definidas, tudo vinculado com condições, procedimentos e medidas acertados para determinado momento histórico; ação conseqüente, ação bem articulada, pertinaz e corajosa que efetive um projeto, quer eliminando barreiras, quer criando condições mais favoráveis ao seu êxito, lembrando sempre que a prática fornecerá os contornos possíveis das propostas doutrinárias ou teóricas adotadas. Em resumo, é preciso mais ação e menos loquacidade, é preciso mais competência e menos tagarelice.

O preâmbulo vem a propósito de encampações feitas ou a serem feitas pela UNESP, encampações essas que representam uma das linhas de ação visando expandir o ensino superior. Com a expansão, pretendemos ampliar o atendimento, contribuindo para dar uma resposta mais imediata à pequena presença da escola pública e gratuita de 3º grau no Estado de São Paulo — cerca de 70% das vagas, nesse grau de ensino, provêm da escola privada; além disso, é corrente a afirmação segundo a qual neste Estado coexistem o melhor e o pior ensino superior no país. O que fazer, neste momento, para diminuir o grau daquela distorsão bem como suavizar este contraste?

Não vamos esquecer, também, que em São Paulo parcela reduzida da população de jovens encontra-se frequentando o 3º grau, o que demonstra a permanência do caráter excludente do nosso "sistema" educacional. De qualquer modo, há anos vem sendo identificado o fenômeno, principalmente pa-

ra as camadas de baixa e média renda, da busca de vagas na escola pública e gratuita, devido aos elevados gastos quando frequentam a escola particular.

É precisamente diante desse quadro que a UNESP pretende, também, situar-se.

O nosso plano para a questão do 3º grau no Estado de São Paulo compreende: criação de novos cursos, de graduação e de pós-graduação, em diferentes unidades universitárias; criação de novos campus, onde não estamos ainda presentes, sendo que neste caso, a incorporação de instituições constitui alternativa interessante. Interessante, porque diminui substancialmente os custos, pelo menos nas fases iniciais, ao mesmo tempo que permite, de imediato, ampliar o ensino gratuito, e, igualmente, proporcionar melhores condições para aperfeiçoar os padrões de desempenho das instituições incorporadas.

Assim, o processo de incorporação representa alternativa que não deve ser descartada, particularmente quando a argumentação em contrário é dirigida por falsos escrúpulos. É óbvio que qualquer incorporação feita pela UNESP vai exigir, inegavelmente, ajustamentos das mais variadas naturezas, a fim de solucionar problemas das mais diferentes ordens. E nem se pode esperar outra coisa. A perfeição nem nós a possuímos. Basta lembrar a grande quantidade de demandas e de pressões que somos obrigados a fazer para alcançarmos um outro patamar nas realizações acadêmicas — demanda de maior número de professores e funcionários, demanda de material permanente e de substituição de equipamentos, demanda de reformas e de novas obras, demanda no campo da informática... Não podemos esperar que, na

grande maioria das incorporações, encontremo-nos diante de uma instituição muito próxima da nossa. No entanto, se realmente acreditamos na imperiosa necessidade de ampliar o ensino público e gratuito de 3º grau, de um lado, e, de outro, se somos competentes, conseguiremos, no curto prazo, elevar o padrão das atividades nas instituições incorporadas.

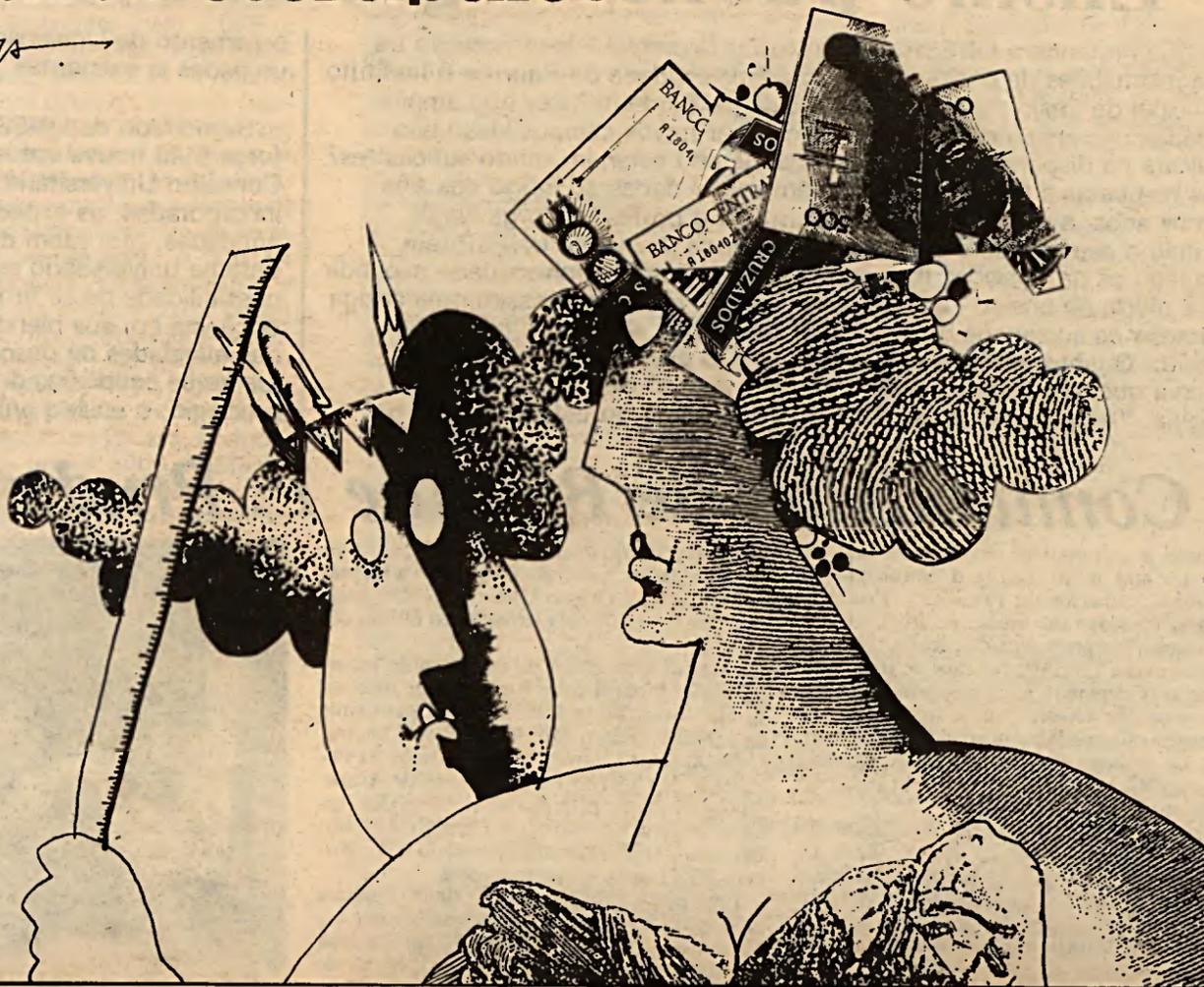
As incorporações respondem a uma outra linha do plano de desenvolvimento da UNESP, no sentido de, também no curto prazo, estabelecermos os denominados núcleos universitários. Como já foi esclarecido, tais núcleos estimulam a coordenação entre as unidades universitárias existentes, quando geograficamente próximas. Essa coordenação, ao lado de fortalecer as unidades, fornece-lhes condições para planejamento conjunto, além de ficarem reforçadas suas tarefas administrativas e decisórias através da desconcentração do poder da Reitoria — tudo isso, sem propor a questão de esses núcleos se transformem em unidades regionais. Ora, apesar dos problemas iniciais que possam trazer, as incorporações ajudam o estabelecimento de núcleos universitários mais diversificados e mais robustos, ao lado dos custos menos elevados, quando comparados com os custos da criação de novos campus ou novas unidades da própria UNESP.

Há, ainda, duas opiniões que precisam ser, devidamente, esclarecidas: de um lado, diz-se que em lugar de incorporar, deveríamos melhorar os cursos existentes; de outro lado, diz-se que os estudos feitos para as incorporações não foram exaustivos ou faltaram elementos importantes. Estas são opiniões que merecem reparos.

Do ponto de vista da administração da UNESP, tanto uma como outra não

resistem a uma análise mais profunda. A primeira supõe um modo de pensar do tipo ou isto ou aquilo, considerando o que é complementar como exclusivo. Podemos incorporar, sem prejuízo do melhor atendimento das unidades existentes. De qualquer modo, quando a universidade cresce, a área econômica do Governo entende a necessidade de maior volume de recursos, o que acaba repercutindo favoravelmente até além do contexto específico em que houve crescimento. Quanto à segunda opinião, devemos nos lembrar que qualquer administração funciona, em momentos diferentes, com graus variados de liberdade. Há momentos em que o tempo para a tomada de decisão pode ser prolongado; há outros em que a decisão deve ser rápida. Neste último caso, a competência da administração conta mais do que qualquer outro fator. A competência, por sua vez, significa, também, que a administração, pelo conhecimento e experiência que possui, pode decidir a partir de alguns dados básicos; portanto, sem necessidade de grandes pormenorizações. E quando se trata de posição filosófico-educacional assentada, os parâmetros para as decisões já se encontram previamente definidos. Assim, as incorporações efetivadas ou aquelas que venham a ser feitas fazem parte de um plano, e, no caso, plano que apresenta como núcleo o desenvolvimento do ensino público e gratuito para o 3º grau.

Ao final, a última lembrança: se é para valer a nossa posição em favor do ensino público e gratuito, então precisamos atuar com coragem e, até mesmo, com ousadia. O momento é propício para avançar, embora haja sempre riscos em qualquer empreitada de maior fôlego. Valerá a pena? O poeta já respondeu: "(...) Tudo vale a pena/ Se a alma não é pequena".



Ensino público e gratuito chega aos alunos

O que pretende a UNESP ao se mostrar favorável à incorporação de duas instituições de ensino superior, a Universidade de Bauru e o Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente? Por que ampliar unidades universitárias já existentes ou criar novos campus? Isso não implicará na dispersão de recursos, que já não estariam sendo suficientes?

As respostas a essas perguntas vêm sendo dadas ao longo dos três últimos anos, a partir do momento em que o professor Jorge Nagle assumiu o seu mandato de reitor. E o próprio Jornal da UNESP tem veiculado as proposições da reitoria no sentido de a Universidade expandir a sua oferta de ensino no Interior do Estado, efetivando assim uma antiga aspiração da sociedade de ampliação do ensino superior público e gratuito. Quanto aos recursos financeiros, o professor Jorge Nagle observa que, na verdade, ocorre ao contrário do que inicialmente se imagina. "Ampliações fazem com que o Tesouro do Estado reforce o

orçamento da Universidade, o que pode mesmo beneficiar cursos ou unidades já existentes".

Se no lado da UNESP a política de ampliação é compreendida e ganha força (não houve votos contrários a nenhuma das duas incorporações no Conselho Universitário), no outro lado, o das instituições a serem incorporadas, as expectativas são otimistas. Com a promoção das entidades, que saem dos limites da esfera municipal e adentram ao sistema universitário estadual de São Paulo, os professores estão vendo a possibilidade de se firmarem na carreira universitária, exercitarem a docência em sua plenitude e passarem a atuar em melhores condições nas atividades de pesquisa. Os alunos estão também enxergando melhores condições de aprendizado pela frente e festejando o inédito privilégio: o ensino público e gratuito está indo até eles.

Comunidades de Bauru e P. Prudente estão otimistas

Tanto a comunidade da Universidade de Bauru como a do Instituto Municipal de Educação Superior de Presidente Prudente (IMESPP) reagiram muito positivamente à aprovação das propostas de incorporação de suas escolas à UNESP. No caso de Bauru, isso ficou evidenciado já na solenidade em que o governador Orestes Quécia autorizou a efetivação da medida, no dia 19 de novembro, no Palácio dos Bandeirantes, quando cerca de 300 estudantes presentes aplaudiram a iniciativa.

Para Antônio Custódio da Silva, aluno do 2º ano de Jornalismo da Universidade de Bauru e membro do Diretório Acadêmico "Di Cavalcanti", "estamos todos a favor pois, além de se tornar gratuita, há ainda a perspectiva de melhorar o nível de ensino e os cursos dispõem de mais e melhores equipamentos". Paulo Alves Rochel, vice-presidente da Associação dos Servidores da Fundação Educacional de Bauru (ASSEFEB), disse que também os funcionários apoiam a medida e aguardam o parecer final da comissão encarregada da incorporação, onde esperam ver resguardadas as conquistas já obtidas. "A preocupação — explica — não é com minúcias, mas com aspectos gerais".

Já o corpo docente da UB vê com "muita satisfação a incorporação", segundo Adilson Remoffio, presidente da Associação dos Professores da Fundação Educacional de Bauru (APROFEB). "Estamos tentando tornar a UB uma universidade efetivamente pública desde sua criação", afirma. Para ele "agora abre-se a possibilidade de desenvolvermos outras atividades além das de ensino, como pesquisa e extensão de serviços".

A idéia de transferir o IMESPP para a UNESP também foi bem recebida pelos professores e dirigentes do Instituto. Os docentes desde já admitem a possibilidade de seguir a carreira universitária. Segundo o professor Jurandir Passini Jr, diretor do IMESPP, "a incorporação representa, do ponto de vista regional, a possibilidade de aumentar o número de vagas do ensino público superior e, ao mesmo tempo, aprimorar sua qualidade". A única preocupação é com o risco de redução do dinamismo que caracteriza as atividades e decisões, em função da complexidade de pertencer à uma universidade do porte da UNESP.

Os alunos do IMESPP também aprovaram a incorporação, ressaltando a qualidade dos cursos mantidos pela UNESP, além do fato de serem gratuitos. Luiz Claudio Farah, aluno do curso de Fisioterapia e de Educação Física, afirma que "um dos fatores positivos é a possibilidade de se começar a realizar pesquisas na nossa escola". Além disso, acredita que "o grande beneficiado será o aluno que, de um instituto municipal, se transfere para uma universidade estadual, com possibilidades de se desenvolver em todos os aspectos".

ANDAMENTO DOS PROCESSOS

O primeiro passo para a incorporação da UB pela UNESP foi a criação de uma comissão integrada por cinco docentes da UNESP, que realizou os levantamentos básicos sobre a universidade. A partir do parecer dessa comissão, favorável à incorporação, o Conse-

lho Universitário discutiu e aprovou, encaminhando, assim, a decisão para que o governador do Estado, Orestes Quécia, desse a palavra final — o que foi efetivado no último dia 19.

Essa foi uma etapa do processo de incorporação. A outra foi a formação de uma segunda comissão, presidida pelo vice-reitor da UNESP, Paulo Milton Barbosa Landim, composta por Lourival Larini, diretor da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Araraquara, Maria de Lourdes Mariotto Aidar, secretária geral substituta, e Geraldo Antônio Bérnago, vice-reitor acadêmico da UB e Rubens José Lopes, secretário geral.

Para que a Universidade de Bauru venha a se constituir, a partir do próximo ano, no mais novo campus da UNESP, haverá uma adequação da sua realidade às exigências de uma universidade estadual. A maior preocupação, em escala de prioridades, será a de adequar os cursos, o pessoal e as instalações. "Para isso, os trabalhos da comissão serão iniciados imediatamente", afirma o vice-reitor, mas ainda não há previsão quanto à sua conclusão. Desde já, entretanto, a Secretaria de Ciência e Tecnologia destinou uma verba inicial de Cz\$ 500 milhões, para suprir despesas decorrentes da transformação da Universidade de Bauru em um campus da UNESP.

IMESPP

A proposta de incorporação do IMESPP ao Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais (IPEA), partiu da prefeitura de Presidente Prudente, responsável por 50% do orçamento, e conta com apoio de outros municípios da região, além da própria comunidade local. Antes de chegar ao Conselho Universitário da UNESP, que manifestou-se favorável à incorporação, em reunião realizada no dia 26 de novembro, a proposta foi examinada por comissões internas da Câmara Central de Graduação e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Ambas posicionaram-se favoravelmente, desde que sejam atendidas algumas observações, como adequação da estrutura curricular e do corpo docente, medidas que "permitirão um ensino comprometido com a qualidade, que é o dever maior da universidade pública", segundo consta do relatório da comissão do CEPE.

Atualmente, o IMESPP oferece dois cursos de graduação — Licenciatura em Educação Física e Fisioterapia — ambos reconhecidos pelo MEC. O de Educação Física funciona no período noturno, com três anos de duração e oferece 125 vagas anuais, divididas em 65 para o primeiro semestre e 60 para o segundo. O curso de Fisioterapia funciona em período integral, com duração de quatro anos e oferece 35 vagas no primeiro semestre e 25 no segundo. No total, o IMESPP está com 559 alunos, 74 professores e 39 servidores.

Instalado numa área de 1.200 m2 contíguos ao IPEA, o IMESPP possui um prédio que abriga seis salas de aula, biblioteca, laboratórios, ambulatórios e demais dependências, um ginásio de esportes, uma quadra de vôlei e uma de basquete, uma piscina e uma pista de atletismo, além de um campo de futebol.



Uma caravana de estudantes da UB foi ao Palácio apoiar a encampação.

Incorporação ajuda a desenvolver a região, enfatizam os prefeitos

Capacitar o município e a região em termos de formação de profissionais de nível superior e ampliar o número de vagas e cursos. Estas são as principais vantagens das incorporações da UB e do IMESPP segundo a opinião dos prefeitos José Gualberto Martins Angerami, de Bauru, e Vergílio Tiezzi Júnior, de Presidente Prudente. Ambos também comungam da opinião de que é difícil para o município manter uma instituição de nível universitário uma vez que a prioridade número um do ensino público deve ser a pré-escola e o apoio à rede oficial de primeiro e segundo graus. Além disso, há outras preocupações mais emergentes como saneamento básico e assistência à saúde.

A Universidade de Bauru, conforme lembra Martins Angerami, já tinha um caráter de escola pública, apesar de receber mensalidades de seus alunos. "A UB diferenciava das particulares por causa dos valores cobrados, que eram menores". A incorporação pela UNESP, para o prefeito, é um grande avanço: "Trata-se de uma vitória da bandeira progressista na defesa do ensino público, gratuito e laico. Com isso, o governo do Estado resgata uma dívida antiga para com Bauru, uma vez que a nossa é uma das poucas cidades de porte médio que ainda não contava com um campus da UNESP".

Os municípios de um modo geral, co-

menta Vergílio Tiezzi, não têm condições de arcar sozinhos com todas as despesas de uma instituição de ensino superior. Mais que isso, não têm condições de promovê-las a um patamar satisfatório. "Por isso o número de vagas é limitado e assim deixa de atender uma população que deseja chegar ao nível superior. Além disso, os avanços, as ampliações são também limitadas por causa de outras prioridades do município".

O prefeito de Bauru concorda com Vergílio Tiezzi quanto à limitação dos recursos originários do erário municipal para uma instituição de ensino superior mas acha que há meios para superar o problema: a venda de serviços a terceiros, como os de computação através do centro de processamento de dados da Universidade. "Só assim a instituição pode aumentar sua receita e o erário público diminuir o repasse de recursos", afirma Angerami.

REGIÃO

Tanto Presidente Prudente quanto Bauru são pólos de atração regional em vários aspectos, inclusive com um grande afluxo de estudantes de cidades e Estados vizinhos. Tiezzi lembra que acorrem para sua cidade jovens do Paraná, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. E sua expectativa é que, com a incorporação, o campus local da UNESP (onde funciona o Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais) amplie a oferta de cursos e vag



Política de expansão da UNESP é defendida há anos

A tomada de posição em defesa do ensino público e gratuito não é novidade e nem casuismo na atual reitoria da UNESP. Ao contrário, trata-se de uma proposição antiga. Este jornal é fonte suficiente para comprovação. O que ocorre, neste momento, é que algumas medidas de sentido prático já estão sendo tomadas, como a encampação da UB e do IMESPP, frutos dessa política.

Em agosto de 1985, em entrevista aos jornalistas Luís Carlos Torcatto, da "Agência Folhas", na ocasião, e José Maria Mayrink, de "O Estado de São Paulo", o reitor Jorge Nagle falou da elaboração do projeto de regionalização do ensino superior no Estado, quando já se previa a expansão da UNESP: "A reitoria está estimulando a feitura desse projeto, o que implicará no desenvolvimento de cada unidade, na criação de novos cursos e, eventualmente, até mesmo a criação de novos campus". E justificava: "Uma clientela enorme está batendo às portas da Universidade e nós não temos tido resposta. Precisamos de mais cursos e diversificação dos cursos existentes".

Um ano depois, no editorial do jornal, o reitor reafirmava sua posição: "Há muito tempo o seu crescimento (das unidades universitárias) é praticamente nulo. Pode-se, mesmo, afirmar que o número de cursos de graduação dos antigos Institutos Isolados conservaram-se sem substanciais alterações com a instituição da UNESP, em 1976. Ocorre que um dos motivos que justificaram sua criação, na década de 50, foi o da desconcentração do ensino superior público e gratuito da Capital, respondendo a uma necessidade cultural, em sentido amplo, como também à necessidade de formação de profissionais qualificados em número cada vez maior. Se tal perspectiva ainda é aceita, então é preciso prosseguir no processo de crescimento e desenvolvimento da UNESP".

O primeiro passo na concretização dessa política foi a definição dos critérios para criação de novos cursos, desen-

cadeado pela reitoria juntamente com a Câmara Central de Graduação, cujos estudos foram aprovados pelo CEPE e CO, em dezembro de 1986. Pelo documento elaborado pela CCG, a criação dos novos cursos deveria obedecer basicamente duas vertentes, já propostas pelo reitor: desdobramento de cursos já existentes, o que implica no aproveitamento de recursos materiais e humanos disponíveis; e criação de cursos de áreas diferentes das implantadas, o que, de um lado, exige novas infraestruturas e contratação de um número maior de docentes, e, por outro, proporciona vantagens de ordem social — ao aumentar as opções — e acadêmica — ao possibilitar o surgimento de núcleos universitários nas diversas regiões do Estado. O documento também previa outra forma de expansão: criação de novos campus, detectando as regiões do Estado descobertas de um bom sistema universitário, como consta do relatório: "Ao nosso ver, cabe à UNESP preencher os claros do ensino superior oficial no interior do Estado de São Paulo. A USP se deteve com algumas encampações e/ou criações no interior do Estado e a UNICAMP se auto-limitou como uma universidade regional". Dentre as recomendações constava que a UNESP deveria: expandir-se pelo interior do Estado de São Paulo; diversificar as áreas de conhecimento nos campus existentes e a serem criados; atender aos anseios regionais, desde que caracterizem a deficiência do ensino público e gratuito; estimular a criação de cursos noturnos; contribuir para a melhoria do ensino de 1º e 2º graus, com criação de licenciatura e de centros de aperfeiçoamento e de especialização; entre outras.

A partir de então, foram criados os cursos de Ciência de Computação, no IBILCE-São José do Rio Preto, e Engenharia Florestal, na FCA — Botucatu, além de outros cursos terem seu número de vagas ampliado, como o de Música (São Paulo), Pedagogia (Araraquara e Marília), História (Franca e Assis), Engenharia (Guaratinguetá e Ilha Solteira) e Geografia (Presidente Prudente).

Entidades e intelectuais têm posições firmes e claras

Apesar de a defesa do ensino público não estar, no momento, sendo traduzida por um movimento articulado como ocorrera no início dos anos 60 (veja entrevista com o professor Florestan Fernandes, nas páginas 6 e 7), setores da sociedade que sempre empunharam aquela bandeira continuam fiel a ela. O mesmo ocorre com intelectuais, preocupados com a qualidade da escola pública e com as situações geradas pelo crescimento do ensino privado.

Para o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Valmir Santos, o País corre o risco hoje de ver privatizado ainda mais o seu ensino "por causa da investida do lobby dos empresários, proprietários de escolas e universidades, no interior do Congresso Constituinte e fora dele". Para Valmir, "há um forte movimento no Brasil no sentido de inviabilizar o ensino público".

Na mesma direção, o vice-presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), Francisco Miraglia, denuncia que o ensino privado se configura no Brasil como uma prática estritamente "mercantilista". Para ele, "o ensino é um direito inalienável do cidadão e portanto não pode ser vendido".

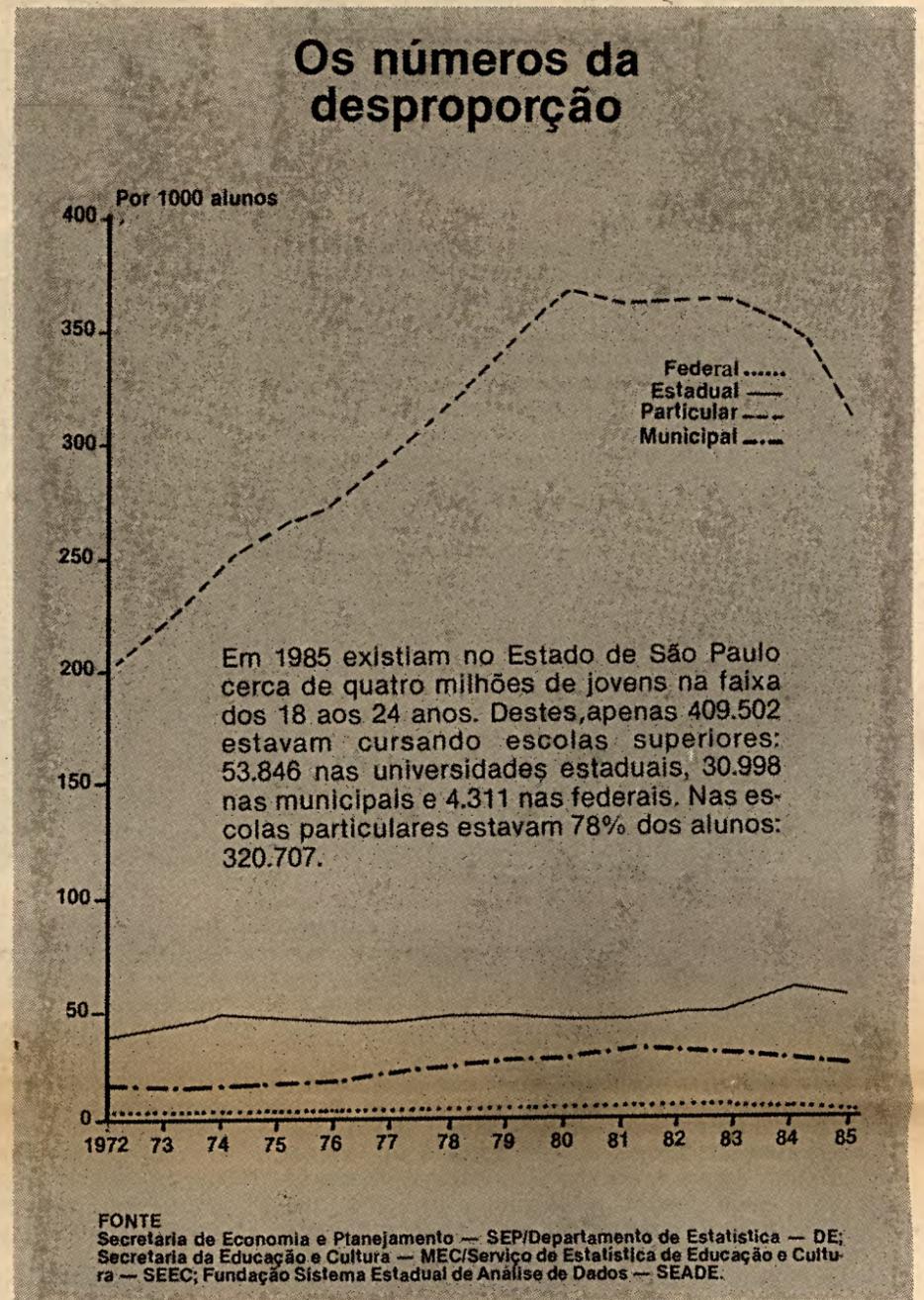
Já o presidente da Associação dos Profes-

sores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), João Felício, observa que o ensino público é, muito de longe, superior ao das escolas privadas e, por isso, "as universidades públicas deveriam aumentar o número de vagas para poder formar mais professores de bom nível e, assim, melhorar o ensino de primeiro e segundo graus".

Também favorável ao fortalecimento e ampliação da universidade pública e gratuita, a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), professora Carolina Bori, observa que somente isso não resolve o problema em toda sua extensão. "É preciso que o ensino seja bom, para poder formar profissionais e pesquisadores competentes".

Na opinião de Valmir Santos, da UNE, as forças conservadoras e os empresários do ensino estão "jogando pesado" contra a escola pública e os "setores progressistas devem ficar atentos". Segundo Valmir, "eles estão voltando com a carga toda novamente para privatizar a maior parte das universidades".

Para reverter esse quadro, as quatro entidades — UNE, ANDES, APEOESP e SBPC — vêem como solução mais eficiente os governos estaduais e federal aplicarem mais recursos em suas universidades.



Florestan Fernandes Consciência da necessidade da escola pública está empobrecida

Dar aulas, escrever livros e artigos, proferir conferências, orientar pós-graduandos são atividades que percorreram a vida acadêmico-profissional do professor Florestan Fernandes, hoje deputado constituinte pelo Partido dos Trabalhadores. No entanto, as tarefas que ocupam o dia-a-dia de um professor universitário com eficiente e grande produção não foram suficientes para preencher o universo de atividades de Florestan Fernandes. Ao lado disso, ele encontrou disposição e tempo para desempenhar funções outras, de caráter mais amplo e formalmente não obrigatórias a um professor. Um exemplo é a Campanha em Defesa da Escola Pública, movimento desencadeado por Florestan no final dos anos 50 e torpedeado pelas forças conservadoras no início dos anos 60. Passados mais de 25 anos, Florestan Fernandes continua vendo como necessária a reafirmação da escola pública, uma vez que a situação hoje é ainda pior.



O Saber Militante....

A Editora UNESP marcou o início de suas atividades com o lançamento do livro "O Saber Militante — Ensaio sobre as Cidades Culturais Três Rios", realizado nos Oito dias 1º de dezembro. O evento contou com a presença do próprio sociólogo, da secretária da Cultura, Bete Mendes, de diversas universidades. O livro, organizado pela professora Maria Angela D'Incao, da FEFCS — cam-lectuais sobre a obra de Florestan, elaborados originalmente para uma jornada de estudos realizada em maio de 1986, na coleção "Inteligência Brasileira", da Editora UNESP.

Foto: Arquivo DCI

Professor, parece que estamos precisando hoje de algo semelhante à Campanha em Defesa da Escola Pública, da qual o senhor participou no início dos anos 60. O senhor concorda? Como a Constituinte está tratando a questão da escola pública, do ensino público e gratuito?

Bem, não só está sendo necessário algo semelhante à Campanha em Defesa da Escola Pública, como também há tentativas nessa direção. Em Brasília, foi fundado um fórum nacional de defesa da escola pública, congregando várias entidades de estudantes, professores e também de funcionários. A criação desse fórum se fez em conjunto com o nosso trabalho no Congresso pois esperava-se um choque de interesses entre três correntes: a privatista da indústria de ensino, a privatista confessional e a da defesa do ensino público. E, de fato, esse movimento se mostrou necessário inclusive como forma de articulação, uma vez que há na Constituinte vários deputados que são também professores e que têm uma consciência muito clara dos problemas colocados pela necessidade da defesa da escola pública.

E a atuação desse fórum resultou positivamente em que aspectos?

Prestou grandes serviços porque carrou para Brasília tudo aquilo que chegou pela via da iniciativa popular. No entanto, nossa atividade foi frustrada porque a Igreja Católica já havia entrado em acordo com o governo e com setores da Constituinte, promovendo a indicação do senador João Calmon como relator da subcomissão de educação. E o senador João Calmon é um homem que defende as verbas para o ensino, mas não para o ensino público e gratuito. É um sólido militante da Igreja e nas negociações que foram feitas posteriormente, na etapa da votação inicial do nosso projeto, ele se revelou mais intransigente que a Sandra Cavalcanti. Ele tinha posições muito dogmáticas de defesa do ensino gratuito em todos os níveis, mas repartindo o dinheiro destinado à escola pública com as escolas confessionais comunitárias e com isso se abriu uma porta porque o artigo que defendia a exclusividade das verbas públicas para o ensino público acabou sendo atropelado pelas exceções propostas por João Calmon. Ai, ficamos sem saída.

Na subcomissão nós conseguimos um intercâmbio produtivo com alguns colegas, deputados e senadores que não eram professores mas estavam conscientes da importância do ensino; já na Comissão Temática isso não sucedeu e os constituintes evangélicos se aliaram aos conservadores do PMDB, do PFL e com isso a esquerda do PMDB e os partidos propriamente de esquerda ficaram isolados e a votação era, invariavelmente, de 33 a 27 votos. Assim, o substitutivo do deputado Arthur da Távola, que continha proposições progressistas, acabou não sendo aprovado.

Pelo que o senhor descreve, parece que se repete o mesmo quadro do começo dos anos 60, com as forças reacionárias se articulando e conseguindo destruir proposições que iriam ao encontro da maioria da população brasileira e dos próprios interesses da Nação.

Exatamente. Só que hoje a situação é pior, porque no início dos anos 60 havia uma tendência nitidamente favorável à escola pública e à consciência da sua necessidade. O ensino público estava crescendo e constituía uma séria ameaça tanto ao ensino comercializado quanto ao ensino confessional. Foi isso que levou setores conservadores a se mobilizarem contra o ensino público. A Lei de Diretrizes e Bases, tal como foi reformulada por Sandra Cavalcanti e outros educadores católicos, encontrou patrocínio de Carlos Lacerda, foi aprovada e houve finalmente uma negociação entre João Goulart e a Igreja Católica, inaugurando assim uma tendência nova que foi a perda gradativa de terreno no desenvolvimento do ensino público, em confronto com o ensino privado de segundo e terceiro graus. Com a ditadura militar que se instaurou no Brasil em 1964 e o acordo MEC-Usaid promovido por ela, houve uma imitação às avessas dos Estados Unidos. Implantou-se a idéia de que o ensino é uma mercadoria e o estudante só o valoriza se pagar por ele. Assim, a escola pública foi submetida a um processo de erosão, de esmagamento, de asfixia. Em consequência disso, a partir de 64 ocorre a expansão do ensino privado em condições malignas. O efeito principal desse processo foi o empobrecimento da consciência da necessidade do ensino público, da importância do ensino público em um país co-

mo o Brasil. Ou seja, perdeu-se uma identificação que vinha de uma herança cultural que se foi esfalando aos poucos. Hoje, a necessidade de se defender a escola pública não é tão disseminada nem tão forte, por isso a situação, neste momento, é mais grave. Basta dizer que quando apresentei no plenário da Comissão de Sistematização a emenda que defendia exclusividade das verbas públicas para o ensino público, tivemos 27 votos a favor e 57 contra.

Quer dizer, as forças conservadoras, contrárias ao ensino público, estão bem articuladas?

Estão bem articuladas e se servem de uma situação que elas mesmas criaram antes da ditadura militar — e que, depois, contou com o apoio desta — que é uma lei de diretrizes e bases totalmente favorável aos seus desígnios.

Dentro desse quadro atual, e limitando nossa discussão ao ensino universitário, como o senhor vê hoje a necessidade de um fortalecimento do ensino de terceiro grau público e gratuito?

Bem, vejo como eu via na década de 60. Só que a situação se alterou e, conseqüentemente, as exigências são outras e muito mais complexas. Hoje nos deparamos com uma situação onde não ocorreram mudanças estruturais. A primeira tentativa de fazer um corte global do sistema de ensino brasileiro teve minha participação direta e nasceu no contexto da Campanha em Defesa da Escola Pública. Tomando a matrícula inicial no primeiro grau, nós temos uma base enorme, que vai diminuindo com a grande evasão escolar que ocorre progressivamente a partir da segunda série. Há um ensino de segundo grau que corresponde a cerca de trinta por cento da base e um de terceiro grau com uma marca de 4,5%. Isso quer dizer que a produção implica um afunilamento, o que mostra que, apesar de tudo, o ensino ainda é privilégio ou depende da existência da escola pública gratuita combinada à distribuição de bolsas. O aluno pobre, de origem proletária, dificilmente chega à escola superior porque, apesar da existência da bolsa, na sua família não existe tradição cultural sobre a necessidade do ensino superior. Soamente nos grupos étnicos, como o dos japoneses, e nacionais, como os italianos e os ale-

mães, existe uma tradição cultural desse tipo. O estudante pobre que tenta estudar é obrigado a recorrer à escola privada não qualificada, autoritária, que é mais um meio de acumulação de capital do que de reprodução do saber. Esse estudante pobre paga muito por um mau ensino e não pode competir com os estudantes que ingressam em escolas melhor qualificadas. Ou seja, para os mais desfavorecidos não basta a existência do ensino público gratuito e das bolsas uma vez que não existe igualdade de oportunidade educacional. Para criar essa igualdade, o governo precisaria tomar outras medidas que envolvessem a assistência cultural às famílias operárias e às famílias mais pobres para convencê-las do valor do ensino e, em segundo lugar, que se criassem as formas de auxílio direto às famílias para que elas não dependessem da contribuição financeira dos filhos no orçamento doméstico. Em outras palavras, o jovem pobre é obrigado a abandonar os estudos para assegurar a própria sobrevivência ou a trabalhar e estudar sujeitando-se a escolas privadas de baixa qualidade que o preparam muito mal para a competição profissional com outros estudantes que tiveram melhores oportunidades de educação especializada.

Como o senhor vê a atuação da universidade hoje?

Na década de 60 se dizia que a universidade carecia de uma revolução. A ponto de eu escrever um livro cujo título é "A Universidade Brasileira — Reforma ou Revolução". Bastava reformar ou era necessário transformar estruturalmente a universidade? Essa transformação profunda faz-se hoje mais necessária com a expansão intensa da urbanização e com a secularização do ensino. Os meios de comunicação de massa se tornaram muito mais eficientes. Um canal de televisão tem uma função equivalente ou ainda mais ampla que a de uma escola. Então, a escola tem de disputar o seu terreno para impedir que ocorra uma alienação total da consciência social do estudante, especialmente no estudante de origem pobre, operária, da pequena burguesia ou da classe média baixa. Os meios de "fazer a cabeça" enveziam por cima e por fora da escola, que passou a ser um veículo de defesa da autonomia da pessoa. Alguém que não tenha tido a oportunidade de fazer um bom curso superior acaba ficando a mercê das pressões de grupos com interesses os mais diversos, como o controle econômico externo, a preservação de privilégios dentro do País ou então a satelização cultural. No começo da década de 30, um sociólogo alemão chamado Freyer dizia que "só vê algo sociologicamente, quem vê algo socialmente". E eu inverti a frase: "Só vê algo socialmente, quem vê algo sociologicamente". Seria necessário, assim, uma determinada formação educacional, um certo horizonte educacional para perceber a realidade concreta das coisas e não ser um mero instrumento no jogo de interesses nas contradições da sociedade capitalista. Hoje, o ensino superior está articulado com todas as necessidades básicas da sociedade civil, da civilização e da formação de um Estado democrático. Por isso, é muito difícil criar em um país como o Brasil condições para uma revolução democrática sem que ocorra uma revolução na esfera da educação, principalmente na esfera do ensino universitário.

E qual o papel reservado aos segmentos que compõem a universidade nessa revolução?

É preciso que o estudante volte a ter uma atividade coletiva intensa, crítica, militante, que os professores continuem a participar dessas atividades como fizeram no combate à ditadura. Entidades de professores — ANDES, CPP, APEOESP — tiveram um papel criativo e inovador na difusão de uma percepção nova da realidade. Isso precisa continuar e se ampliar. E de outro lado, é preciso que o funcio-

nário entre também nesse cenário. Fala-se, usando erradamente um conceito sociológico, em comunidade universitária. Não existe uma comunidade dentro da universidade. Mas trata-se de um conceito feliz, porque ele mostra que há interesses comuns, fundamentais, dentro da universidade e que deveriam ser defendidos por todos. A universidade é o meio que foi usado pelas nações imperialistas para promover a difusão de pacotes educacionais, científicos e tecnológicos dentro do Brasil. E somente ela poderá ser um fator de corte, de ruptura com essa situação. É claro que um país economicamente dependente é fatalmente dependente em termos culturais também. Mas, dada a flexibilidade que existe na área da cultura, todo sistema do ensino, e o ensino superior em particular, pode promover transformações e inovações que podem conduzir a uma modernização a partir de dentro, controlada a partir de dentro. Para isso nós precisamos produzir saber básico, conhecimento básico original, termos a capacidade de criar dentro do país tecnologia original. É claro que isso está sujeito a muitas limitações. De um lado, nós possuímos recursos muito limitados para investir na pesquisa básica avançada e na tecnologia de ponta. Mas podemos conquistar espaços nesses terrenos e, através de um processo acumulativo, podemos, em 25/30 anos, criar condições novas e chegar num patamar diferente, como já estava sucedendo na década de 60. Nesse período, o processo de novas conquistas sofreu um esmagamento e nós voltamos a um estágio de relação semi-colonial com os Estados Unidos, com a Europa industrial avançada e com o Japão. Portanto, a universidade está no centro desse processo de autonomização cultural progressiva. Ele é muito difícil por causa da internacionalização do modo de produção capitalista, o qual implicou a internacionalização não só da tecnologia, mas, também do talento. E muitos talentos são decisivos não só no processo industrial, no processo de modernização, na criação de conhecimento científico básico, de tecnologia de ponta, mas também nas outras formas de saber, como nas artes, na pedagogia, na filosofia. A internacionalização da economia acabou produzindo um sufocamento desse processo porque tornou mais difícil a conquista de uma independência relativa por parte dos países periféricos.

E o Brasil teria de ir por esse caminho?

Se o Brasil quiser se tornar relativamente independente dentro do capitalismo, ele precisa ir por esse caminho. E mais: se a gente tiver a esperança de uma revolução anticapitalista, também vamos depender desse caminho porque, em regra, os grandes líderes revolucionários são pessoas de alta cultura e que são capazes de combinar várias formas de conhecimento. Um estrategista político precisa ter uma cabeça teórica, armazenar conhecimentos, penetrar na situação concreta do país combinando transformações estruturais de longo prazo, de longa duração, com conjuntura e tendo, portanto, capacidade de uma previsão dos rumos da transformação da sociedade. Isso faz com que a universidade esteja no centro de tudo. Os que pensam que a universidade é um luxo e algo que importa apenas às elites culturais, cometem um grande equívoco, porque tanto os Estados Unidos como a União Soviética mostram exatamente o contrário. A universidade vem a ser o elemento formativo de várias modalidades e horizontes intelectuais, que são necessários em uma civilização tão complexa como a nossa.

Ao que parece, no fundo está a questão da cidadania. Por este aspecto, temos também uma diferença lamentável entre a escola pública e a privada de terceiro grau. Enquanto uma está mais preparada para desempenhar as funções que o senhor considera necessá-

rias, a outra se preocupa mais — ou talvez somente — com a formação de mão-de-obra e ainda de uma qualidade muito questionável.

Eu diria que a quase totalidade das escolas superiores isoladas e universidades privadas podem caber nessa categoria. Mas há também algumas que são respeitáveis e que têm uma equivalência cultural e educacional bem definida com referência à escola pública. No entanto, a escola pública é mais rica, dotada de maiores recursos, por isso ela é mais cara e, portanto, possui condições muito mais favoráveis para preencher a função à qual o senhor se referiu.

Qual a sua opinião sobre o fato de as universidades brasileiras estarem organizadas basicamente em cima de um modelo único, desprezando assim características que são próprias de cada uma, particularidades regionais etc?

Era exatamente essa questão que a Lei de Diretrizes e Bases, tal como ela foi concebida pelos pioneiros da educação nova, pretendia responder. Quer dizer, criar certas tendências à uniformização, sem promover padronização. Uma boa universidade precisa ter certos requisitos que se repetem. Além disso, deve haver uma vinculação a vários fatores: necessidades locais e regionais, tradição cultural ambiente, tendências a especializações predominantes dentro do ensino ou a importância relativa da universidade no contexto universitário brasileiro e por aí a fora. Nós, no Brasil, temos a tendência errada de pensar que todas as instituições devem ter a mesma forma, o mesmo conteúdo, desempenhar as mesmas funções, mas essa é uma forma errada de conceber as coisas. Se se toma como padrão a Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, países dos quais o Brasil tem tomado por empréstimo cultural os seus modelos, nós notamos que não há padronização e sim uma grande variedade. Já no Brasil, nós tendemos à simplificação e pensamos em multiplicar modelos análogos. As escolas devem ser iguais. Isto é um erro, porque envolve uma má aplicação de recursos. Na montagem de um laboratório de pesquisa de Física avançada ou Biológica ou Química, de qualquer área enfim, é muito importante levar em conta, por exemplo, os custos do equipamento, os gastos no contrato de uma massa de professores variada. Na área, por exemplo, de Filologia ou de Filosofia, então seria vantajoso, no Brasil, que ao lado de uma uniformidade mínima houvesse uma variação, uma diferenciação vinculada a fatores contingentes e a necessidade propriamente formativas e de pesquisa da própria universidade, porque se for multiplicar os gastos em todas as universidades, para que todas elas sejam de primeira linha em todos os campos, então, essa é uma tarefa impossível. Vai se gastar muito dinheiro e não se vai conseguir nada. Vai se simular também, vai fingir que todas têm a mesma importância. É preciso então admitir que há certos campos que se desenvolvem mais em uma universidade, certos campos que se desenvolvem mais em outra. Agora, uma coisa deveria existir em comum e que não surgiu dentro da universidade brasileira: uma intercomunicação maior entre as várias áreas, entre os vários setores. É muito importante que físicos, cientistas sociais, educadores, filósofos, químicos, biólogos, especialistas em arte se comuniquem, criem certas condições mínimas de uma comunidade intelectual. Já se chegou a definir a universidade como uma comunidade de escolas, de professores de alto nível, mas, no Brasil, apesar de nós usarmos a palavra comunidade num sentido amplo, apanhando todos os setores da vida universitária, sequer chegamos a conseguir uma integração em nível docente. Mesmo dentro de um departamento não existe uma tradição forte de convivência comum.

Uma homenagem pioneira ao mestre da sociologia

A Editora UNESP inicia a coleção Inteligência Brasileira publicando os trabalhos apresentados durante a Jornada de Estudos Florestan Fernandes, promovida pelos departamentos da área de Ciências Sociais do Campus de Marília em maio de 1986. O grande mérito desses eventos está na natureza da homenagem pioneira ao mestre da Sociologia no Brasil: através da análise multidisciplinar e pluralista da sua obra. A reflexão coletiva que reuniu sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, historiadores, filósofos e educadores, é um mergulho na reconstrução da trajetória do intelectual que o título do livro tão bem definiu — **O saber militante** — síntese das suas múltiplas fases e faces.

Além do registro da intervenção final do Florestan e dos depoimentos dos que com ele compartilharam do trabalho intelectual, sob diferentes circunstâncias, os textos foram reunidos em torno de eixos-temáticos, sob os seguintes títulos: Sociologia e Antropolo-

gia, de natureza teórico-metodológica; Contribuição à História Social do Brasil, abordando as questões indígenas, das relações raciais e do folclore; Universidade e Democracia; A Revolução Burguesa no Brasil e Marxismo e Revolução. Na mesma medida em que tais temas não esgotam os objetos de reflexão de Florestan, não refletem rigorosamente a variedade de aspectos abordados pelos participantes. Conseguir recuperar essas duas dimensões seria tarefa tão impossível quanto resenhar o livro, sem prejuízo para nenhum autor, neste espaço limitado.

Entretanto, alguns aspectos mais recorrentes devem ser registrados. Um deles diz respeito à conjunção entre o cidadão e o intelectual, o pensamento e a ação, presente no professor, no pesquisador e no publicista. É unânime o destaque ao rigor científico do seu trabalho e à paixão pelo saber. Por estas qualidades, Florestan soube, de maneira ímpar, analisar consistentemente os diferentes as-

pectos da sociedade brasileira, respondendo tanto aos desafios teóricos como àqueles postos pelas conjunturas políticas, com um "ecletismo bem temperado" permitido pelo domínio das diferentes matrizes teórico-metodológicas.

Se, em algumas direções, os textos se tangenciam e se completam, em outras, restam polêmicas não exploradas. Quanto ao conjunto da obra de Florestan, há uma linha de continuidade e interdependência ou, ao contrário, podemos identificar uma "ruptura epistemológica" entre uma "fase acadêmico-reformista" e uma "fase político-revolucionária"? Há uma inflexão provocada pela "contra-revolução (burguesa) que situou Florestan no eixo da revolução (proletária)"?

E quanto ao conceito de revolução burguesa, parte constitutiva da questão seguinte, a relação entre marxismo e revolução? É inadequado porque insuficientemente definido? É parte de uma interpretação histórico-estrutural ou

funcional-sistêmica? Nas suas derivações, como está articulado com a teoria da dependência e qual a natureza da revolução no Brasil, nacional-democrática ou socialista?

A oportuna e indispensável análise da obra de Florestan Fernandes, que hoje consubstancia o saber-militante na Assembléia Nacional Constituinte, já é referência necessária para a compreensão do pensamento brasileiro contemporâneo. Convém, mais uma vez, ouvi-lo a respeito do evento ao mesmo tempo acadêmico e político: "Há um Florestan que a ditadura pensou ter morto. Ela não o matou mas a universidade o perdeu, na medida em que eu repudiei a vida acadêmica e, especialmente, o padrão universitário de trabalho, de vida intelectual e de esperança humana. Nesse nível, este seria o rito de restituição, o rito de ressurreição". **Maria Izabel Leme Faleiros** — Departamento de Sociologia — ILCSE / Araraquara.)

Os dez mandamentos para evitar o câncer

O patologista Mário Rubens Montenegro, professor da Faculdade de Medicina — campus de Botucatu, enviou uma carta ao Jornal da UNESP com o objetivo de divulgar um artigo do último número da "International Cancer News", uma publicação da União Internacional Contra o Câncer.

Trata-se de "Dez Mandamentos para Evitar o Câncer" que foram propostos pelo Mercado Comum Europeu como parte de um programa chamado "Europa Contra o Câncer". São eles: 1. Não fume. Aqueles que fumam, deixem de fazê-lo o mais rapidamente que for possível e não fumem na presença de outras pessoas; 2. Mode-re o seu consumo de álcool; 3. Evite a exposição excessiva ao sol; 4. Siga as instruções de saúde e segurança no seu ambiente de trabalho tomando todos os cuidados na fabricação, manuseio, transporte e uso de substâncias que podem produzir câncer; 5. Coma sempre frutas e vegetais frescos e cereais que contenham fibras; 6. Controle o seu peso, evitando o excesso e controle a quantidade de gordura na sua dieta; 7. Procure um médico logo que você descubra ou sinta um nódulo em qualquer parte do corpo, alteração de uma pinta, ou sangramento espontâneo de qualquer natureza; 8. Procure o médico se você tem tosse persistente, rouquidão persistente, mudança de seus hábitos intestinais ou perda de peso inexplicável; e, se você for mulher: 9. Faça regularmente exame citológico de secreção vaginal (papanicolau); 10. Examine você mesma suas mamas (seus seios) e, se tem mais de 50 anos, faça mamografia regularmente.

Segundo o professor Montenegro, "estes Dez Mandamentos, se seguidos, diminuirão muito o risco de ter câncer e permitirão o diagnóstico de cânceres em uma fase precoce quando ainda podem ser facilmente curáveis".

Lançamentos

de docentes da UNESP



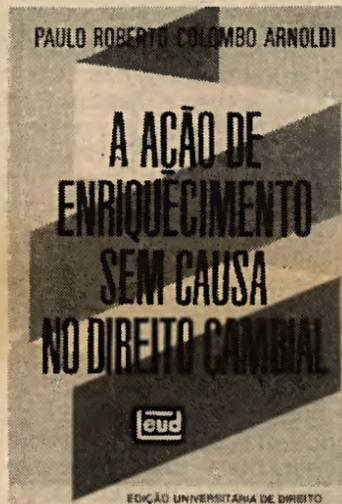
EDUCAÇÃO E MOVIMENTO OPERÁRIO (Editora Cortez, 167 páginas, Cz\$ 262,50), de Paulo Ghiraldelli Jr., professor do departamento de Educação do Instituto de Biociências — campus de Rio Claro.

Esta publicação é uma versão condensada da dissertação de mestrado apresentada pelo autor à PUC-SP, no ano passado, com o título "Pedagogia, Educação e Movimento Operário na Primeira República".

Em seus três capítulos o livro discute, quanto à educação, as preocupações, os projetos e as realizações do proletariado urbano do Brasil nos anos de 1889 a 1930. Um dos apontamentos é de que apesar do período se caracterizar por uma série de limitações à democracia, proporcionou grande participação popular empenhada na defesa de seus interesses.

Uma das constatações que o professor Paulo Ghiraldelli Jr. fez em seu trabalho foi a de que a educação da República Velha era um assunto tão importante ao Movimento Operário quanto a jornada de trabalho de oito horas ou outra reivindicação sindical. Um momento fértil, portanto, para encontrar soluções aos problemas pedagógicos e educacionais do período.

O autor também ressalta que "com enorme capacidade de resistência, o proletariado urbano da Primeira República criou seus próprios meios educativos, na busca de uma ponte entre o saber vulgar ligado ao senso comum e o universo filosófico acolhedor do saber erudito".



A AÇÃO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NO DIREITO CAMBIAL (Editora Universitária de Direito, 102 páginas, Cz\$ 250,00), de Paulo Roberto Colombo Arnoldi, professor do Departamento de Direito da Faculdade de História, Direito e Serviço Social — campus de Franca.

A idéia de elaboração deste trabalho surgiu quando o docente estava preparando seu doutorado no curso de pós-graduação da PUC-SP, motivado também pela própria escassez de bibliografia nacional sobre o assunto.

Embora calcado nas obras dos poucos juristas que abordaram a ação de enriquecimento sem causa de forma específica, como Agostinho Alvim, João Arruda, Hernâni Estrela, Jorge Americano etc, e em alguns artigos publicados na Revista dos Tribunais e Forense, o livro não se limita a nenhuma delas. O autor procurou, a partir das leituras realizadas, enfocar o assunto numa visão particular, objetivando atualizar a matéria sob os preceitos da legislação cambial, Lei Uniforme de Genebra, nova Lei Brasileira do Cheque, Projeto do Novo Código Civil — ora em tramitação no Congresso Nacional — e, em especial, na parte processual civil, dentro do contexto do novo código de Processo Civil, em vigor a partir de 1973. Este trabalho do professor Paulo Arnoldi pretende, principalmente, discutir a natureza jurídica e a prescrição da ação de enriquecimento sem causa ou locupletamento, inserindo-o no contexto dos princípios do direito cambial.



TOXICOLOGIA (Editora Manole, 315 páginas, Cz\$ 1.400,00), de Lourival Larini, Diretor da Faculdade de Ciências Farmacêuticas — campus de Araraquara.

Destinado aos estudantes de farmácia, bioquímica, medicina e demais profissionais da área, esse livro do professor Lourival Larini pretende ser uma introdução à compreensão de alguns aspectos da Toxicologia e, ao mesmo tempo, oferecer orientação para uma possível solução de problemas que possam advir do exercício de atividades ligadas às intoxicações humanas.

O desenvolvimento científico ocorrido com a Toxicologia, especialmente nesta década, e o estreito relacionamento desta com as outras ciências, principalmente químicas e biológicas, perfazem um conjunto de conhecimentos que permitem estruturar os fundamentos essenciais para o entendimento da ação deletéria dos compostos químicos no organismo humano. É essa abordagem do autor nos quatorze capítulos do livro que contou com a colaboração de outros seis pesquisadores: Georgino Honorato de Oliveira, José Francisco Fracasso, José Salvador Lepera e Paulo Eduardo de Toledo Salgado, da UNESP; Demerval de Carvalho, da USP, e Rubens Cechini, da Universidade Estadual de Londrina. Os estudos que o autor fez na Universidade de Düsseldorf, Alemanha Ocidental, como bolsista da Capes, também foram fundamentais para a composição dessa obra.

Anote

ORTODONTIA. A FO-São José dos Campos, em convênio com a Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas (APCD), oferecerá no próximo ano um Curso de Especialização em Ortodontia. As inscrições estão abertas até o dia 12 de janeiro. Os candidatos serão selecionados no dia 13, sendo oferecidas doze vagas. Para maiores informações entrar em contato com o Departamento de Clínica Infantil, no telefone (0123) 21-8166 ou na APCD Regional, fone 22-8710.

SIMPÓSIO. O 2º Simpósio Brasileiro sobre a Cultura do Mamoeiro será realizado na FCAV-Jaboticabal, de 24 a 28 de janeiro de 1988, sob coordenação do professor Carlos Ruggiero. As inscrições poderão ser feitas através da Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia, Medicina Veterinária e Zootécnica-FUNEP, na Faculdade: Rodovia Carlos Tonanni, km 5 — CEP 14.870, ou para maiores informações, pelo telefone (0163) 22-4000, ramal 211.



UNESP recebe os primeiros computadores

A primeira etapa do Plano Diretor de Informática da UNESP já está praticamente concluída. Trata-se da chegada e instalação dos equipamentos previstos no projeto que visa dotar a Universidade de um sistema de computação, com a implantação dos primeiros pólos computacionais, destinados a atender às necessidades didáticas, de apoio à pesquisa e administrativas de todas as unidades.

Nessa fase, serão contemplados, além da reitoria, com a implantação do Centro de Processamento de Dados (CPD), os campus de Botucatu (Lageado), Guaratinguetá, Araraquara, Rio Claro, São José do Rio Preto, Ilha Solteira e Jaboticabal, que constituirão as chamadas Unidades de Processamento de Dados (UPD). Cada um receberá um sistema de computadores super-minis, de fabricação nacional, com arquitetura de 32 bits e capacidade de memória de 2 a 4 megabytes, acompanhados por unidades de discos magnéticos, fitas magnéticas e impressoras. Além disso, cada sistema foi complementado por um conjunto de terminais de vídeo simples, tele-impressoras ou terminais inteligentes, tipo PCXT, com 704 kbytes de memória e duas unidades para disco flexível (veja tabela).

No momento, apenas a Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá já recebeu seus equipamentos, que estão em pleno funcionamento, substituindo o até então utilizado que era alugado. Os equipamentos destinados à reitoria, Botucatu e São José do Rio Preto também já foram entregues e serão instalados até o final deste ano. "Os demais devem ser entregues também neste ano e, até março, já estarão em funcionamento", garante o diretor da Coordenadoria Geral de Informática (CGI), Paulo de Souza Moraes.



Unidades começam a receber os equipamentos

O custo total desta etapa do projeto, que inclui desde a compra dos equipamentos e softwares de informática, até gastos com obras, instalação de ar condicionado e mobiliário próprio, atinge a cifra de Cz\$ 300 milhões, sendo que, destes, Cz\$ 226 milhões, em valores de novembro, provieram de financiamento do sistema BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), através dos programas Finame (Agência Especial de Financiamento Industrial) e Proinfo (Programa de Apoio à Informática), tendo como agente financeiro o BADESP (Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo). O restante foi complementado por recurso da própria Universidade, proveniente de complementação do Tesouro Estadual.

EQUIPAMENTOS POR UNIDADE		
UNIDADE	Nº DE MICROS (PCXT)	Nº DE IMPRESSORAS
Reitoria	5	11
Araraquara	5	2
Botucatu (Lageado)	7	3
Guaratinguetá	6	1
Ilha Solteira	5	2
Jaboticabal	8	2
Rio Claro	7	2
S. J. Rio Preto	5	1

PRÓXIMAS ETAPAS

Segundo Paulo Moraes, a próxima etapa do Plano Diretor de Informática será a implantação dos Núcleos de Processamento de Dados (NPD), nas unidades que não exigem equipamentos tão sofisticados como os ora destinados à implantação do CPD da Reitoria e das UPD das demais unidades. Nessa fase, prevista para conclusão até meados do próximo ano, serão contemplados os campus de Araçatuba, Assis, Franca, Marília, Presidente Prudente e São José dos Campos e IAP em São Paulo, com equipamentos do porte PCXT com figuras completas. "A designação CPD, UPD ou NPD para os pólos computacionais de cada unidade — explica Paulo Moraes — varia de acordo com o porte do equipamento destinado a cada uma, determinados segundo a demanda verificada durante o levantamento de necessidades para o Plano Diretor". Assim, como surgiram novas necessidades ao longo desse intervalo, a idéia a médio prazo, segundo o diretor do CGI, "é rever a estrutura atual e, se for o caso, ampliar o NPD de uma unidade para uma UPD, como já se prevê para Presidente Prudente". Além disso, será estudada a viabilidade de montagem de uma UPD no Instituto de Física Teórica, em São Paulo, que, por ocasião do levantamento inicial, ainda não pertencia aos quadros da UNESP.

Isso feito, estará concluída definitivamente a primeira parte do Plano Diretor

que é a implantação dos pólos computacionais. A partir de então, será iniciada uma nova etapa que é a introdução, nas configurações existentes, de periféricos gráficos para produção de processamentos com desenhos, como a mesa digitalizadora e o plotter, prevista para o próximo ano.

A terceira fase do Plano Diretor prevê a conexão de todos os equipamentos em uma única rede, que permitirá a comunicação entre os diversos NPD, UPC e CPD. "A conclusão desta etapa está prevista para o final de 1988", afirma Paulo Moraes.

SEMINÁRIO

Uma vez instalados os primeiros pólos computacionais da UNESP, a reitoria, juntamente com as empresas fornecedoras dos equipamentos adquiridos nessa fase, promoverá um seminário, entre os dias 14 e 15 de dezembro, sobre a informatização da Universidade, que reunirá diretores e representantes de todas as unidades.

O programa, dividido em três tópicos, abrangerá apresentações das unidades, sobre o que cada uma está realizando em termos de ensino e pesquisa com o equipamento já existente; da Coordenadoria Geral de Informática, sobre a situação atual do Plano Diretor; e da ABC Computadores e Softec Engenharia de Sistema, que explicarão as características e desempenho dos equipamentos adquiridos.

Documentação atualiza catálogo

O Grupo de Legislação e Documentação da Reitoria acaba de publicar mais um catálogo com todos os cursos de pós-graduação existentes no País e que foram credenciados pelo Conselho Federal de Educação até 30 de junho último. Este é o quarto levantamento feito pelo Grupo, que é coordenado por Maria Nilse Uliani. A atualização entre uma edição e outra é feita através do acompanhamento permanente do Diário Oficial da União.

O catálogo contém os cursos e as respectivas áreas de concentração, se é oferecido em nível de mestrado e/ou doutorado, o número do parecer que levou ao credenciamento (e a indicação da edição da revista Documenta, do CFE, onde consta o parecer publicado na íntegra), a data de aprovação e a de publicação no Diário Oficial.

A publicação, com 227 páginas, está organizada em ordem alfabética por Estados, municípios e instituições. Dentro de cada instituição, os cursos são apre-

sentados em ordem cronológica de aprovação. Para facilitar o manuseio, há um índice remissivo de todos os cursos, que totalizam 1.084.

Destinado àqueles que querem orientar-se na escolha de um curso, o catálogo serve também como auxílio para os serviços das áreas acadêmicas da UNESP (Secretaria Geral, Diretoria Técnica Acadêmica etc.) no que se refere à equivalência de títulos quando da contratação de docentes: a publicação informa se os cursos realizados pelo candidato foram ou não credenciados pelo Conselho Federal de Educação.

A tiragem é de 500 exemplares, que estão sendo distribuídos para universidades, embaixadas, consulados e instituições de ensino superior, além das bibliotecas da UNESP. Os interessados podem entrar em contato com o Grupo de Legislação e Documentação, que atende na Reitoria: Praça da Sé, 108, sobreloja, CEP 01001, São Paulo. Telefones: (011) 32-7171, ramais 160, 187 e 197.

CEMIP divulga técnicas no Ceará

As técnicas desenvolvidas pelo CEMIP (Centro de Manejo Integrado de Pragas), da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias-campus de Jaboticabal, ultrapassaram as fronteiras do Estado de São Paulo e, desde o final de novembro, estão sendo utilizadas nas plantações de tomate da serra de Ibiapaba, no município de Ubajara, sertão do Ceará.

Solicitado pelos órgãos ligados à agricultura daquele Estado, para debater o uso indiscriminado de agrotóxicos nas plantações de tomate que, além de elevar os custos de produção, coloca em risco a saúde da população, o professor Santin Gravena, coordenador do CEMIP, realizou uma reunião, nos dias 25 e 26 de novembro, junto aos agricultores da região. "Os relatos chegam a ser dramáticos — comenta — envolvendo inclusive óbitos em decorrência do excesso de agrotóxicos utilizados, que chegam a ser aplicados diariamente".

Da reunião junto aos agricultores resultou a criação do Grupo MIP-Tomate, cuja coordenação ficou a cargo de três entidades públicas, que irá instalar

campos de demonstração do manejo integrado de pragas, além de fazer o acompanhamento, divulgação e implementação do sistema junto a produtores de tomate, visando a redução do uso de agrotóxicos.

OUTRAS FRENTES

Além do trabalho desenvolvido junto aos produtores de tomate da serra de Ibiapaba, no Ceará, o CEMIP promoveu, em 1987, vários cursos e encontros em diversas regiões do Estado, objetivando a criação de campos de demonstração em outras culturas. Em maio, realizou um curso, para agrônomos da DIRA — São José do Rio Preto, sobre manejo integrado de pragas de cítricos, também ministrado aos produtores e técnicos agrícolas da região de Limeira, durante o mês de outubro. Promoveu, no mesmo mês, a primeira reunião do MIP-Tomate junto aos agrônomos e estagiários da DIRA-Campinas, onde já está programada a realização de um curso sobre manejo integrado de pragas do algodão, aberto a outras DIRAS do Estado.

Auxílios: pedidos para a Fundunesp

A Diretoria de Fomento à Pesquisa da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP — FUNDUNESP continua recebendo os pedidos de auxílio dentro das modalidades aprovadas por seu Conselho Curador.

Os auxílios podem ser destinados a trabalhos de pesquisa, organização de reuniões científicas no país, publicações e participação em reuniões científicas no

Brasil e exterior. Somente esse último receberá um auxílio parcial.

A professora Carminda da Cruz Landim, Diretora de Fomento da FUNDUNESP, informa que não há um prazo determinado para o encaminhamento das solicitações e que "na medida que eles vão sendo enviados, já são julgados pela Assessoria da Diretoria", conclui.

Docentes em atividades

• No Simpósio "Recentes Avanços em Neuroendocrinologia Básica e Clínica", dias 12 e 13 de novembro na Faculdade de Medicina — USP / Ribeirão Preto, o professor João Carlos Bedran de Castro, do departamento de Ciências Fisiológicas da FO — Araçatuba, realizou uma palestra sobre seu trabalho "Mecanismos de alça ultra curta de feedback positivo e negativo do LH e ACTH (hormônios)". Segundo o professor, é a primeira vez que esses achados científicos — LH e ACTH — são citados na literatura especializada e já aceitos para publicação na Academia de Ciências dos EUA.

• As BACHIANAS BRASILEIRAS Nº 4, de Villa-Lobos, LA VALSE, de Ravel e mais três CIRANDAS compõem o segundo disco solo do pianista e professor do Instituto de Artes do Planalto, Cláudio Richerme, que será lançado no dia 14 de dezembro, às 19:30 horas no Teatro Popular do Sesi (Avenida Paulista, 1313). Seu primeiro disco foi gravado em 1985, recebendo unânimes elogios da crítica especializada, sendo duas vezes premiado pela Associação Paulista dos Críticos de Arte — APCA como melhor recitalista do ano. Este LP teve produção da Con Anima e patrocínio da empresa Galvani S.A., que irá distribuí-lo como brinde de final de ano. Os interessados podem solicitar à Con Anima — Caixa Postal 500 — Itú, ou pelo telefone (011) 67-5199. Preço de lançamento: Cz\$ 380,00, mais taxa de reembolso.

• Foi realizada de 5 a 9 de outubro, em Belo Horizonte, a 1ª Semana da Manutenção, patrocinada pela Associação Brasileira de Metais (ABM). No evento, o professor Nazem Nascimento, do departamento de Mecânica da FE — Guaratinguetá, proferiu a palestra de abertura sobre "Manutenção Preditiva".

• O X Congresso Brasileiro de Avicultura, realizado de 27 a 30 de outubro em Natal (RN), contou com a participação do professor Ariel Antonio Mendes e outros docentes do departamento de Produção e Exploração Animal da FMVZ — Botucatu. Foram apresentados sete trabalhos de pesquisa.

• A Ordem dos Músicos do Brasil concede anualmente um troféu e um diploma para os profissionais que mais se destacaram em sua área. Este ano, dois docentes do IAP — São Paulo foram homenageados: John Boudler, por sua atuação junto ao Grupo de Percussão — PIAP e Mário David Frungillo, por seus trabalhos em prol da divulgação da música e de compositores brasileiros. A solenidade foi no dia do músico, 22 de novembro, na sede da Ordem, em São Paulo.

• O professor Irineu de Moura, do departamento de Expressão e Comunicação do IAP — São Paulo, esteve, de 9 a 21 de novembro, na Universidade Federal do Maranhão, onde lecionou a disciplina "Fundamentos da Linguagem Visual", no curso de Atualização em Expressão Plástica. Seu curso foi destinado a professores e ex-alunos do Instituto de Artes da UFMA.

• A Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos renovou sua diretoria, recentemente, indicando para a presidência a professora Daisi Malhadas, do departamento de Linguística do ILCSE — Araraquara. A docente integra no Instituto o grupo de grego e de latim do Centro de Estudos Clássicos, coordenado pela professora Maria Celeste Consolin Dezotli.



O professor Leslaw Socha, da Polônia

Guaratinguetá recebe professor da Polônia

A convite do Departamento de Mecânica, da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, o professor Leslaw Socha, especialista em vibrações mecânicas, da Technical University of Silesia, Polônia, está ministrando, desde o início de novembro, um curso em nível de pós-graduação sobre "Method of Statistical Dynamic", além de prestar orientação conjunta a trabalhos diversos. Sua vinda à UNESP, com duração prevista de um mês e meio, teve apoio integral do CNPq.

A partir da vinda do professor Socha, inicia-se um processo para execução de um convênio entre as duas universidades para intercâmbio técnico-científico.

Empossados um novo diretor e dois vices

O Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis conta com novo diretor e vice. São eles: José Ribeiro Júnior, que substituiu o diretor Manoel Lelo Belotto, e Fernando Antônio Cazarini, no lugar de Álvaro Lorencini. A posse de ambos ocorreu na sala do Conselho Universitário, no dia 30 de novembro, com a presença de vários membros da Unidade.

Também o Instituto de Biociências de Rio Claro tem novo vice-diretor. Trata-se da professora Maria Neysa Silva Stort, que substituiu Antonio Carlos Stort. Sua posse ocorreu no dia 3 de novembro, na Reitoria.

Nas duas ocasiões, o reitor Jorge Nagle ressaltou a importância do papel do vice-diretor na condução da Unidade em conjunto com o diretor.

Teses e dissertações

DOCENTES

• **Maria Amália Pereira Barreto (FEFCSD — Marília)** "A casa de Fanti-Ashanti" **Resumo:** O trabalho é um estudo de caso, realizado em São Luiz do Maranhão, sobre um centro religioso afro-maranhense que se intitula casa de Fanti-Ashanti. O objetivo é determinar como através de um corpo de conhecimento que seus membros chamam de **tradição africana**, o grupo classifica o mundo, normatiza a conduta e se organiza, enfrentando as coisas novas que o contexto impõe. **Banca:** Giralda Seyferth, Rubem César Fernandes, Octavio G. Velho, Luiz Tarley de Aragão e Lísias Negrão. **Doutorado**, dia 09 de novembro, na UFRJ/PPGAS.

• **Maria Amélia Máximo de Araújo (FO — São José dos Campos)** "Inter-relação entre vários procedimentos de acabamento da parede gengival de preparos cavitários de classe II para amálgama e a infiltração marginal" **Resumo:** O objetivo deste trabalho de laboratório foi observar a inter-relação existente entre o grau de infiltração marginal com o acabamento da parede gengival. Para tanto, foi utilizado a fluoresceína sódica a 2% e realizados 70 preparos cavitários de classe II (mesio-ocluso-distal) premolares humanos íntegros. **Banca:** Dan Mihail Fichman, Luís de Jesus Nunes, Welligton Dinelli, José Benedito de Mello e Hed Arruda Camargo. **Livre-Docência**, dia 12 de novembro, na FO/São José dos Campos.

• **José Arlindo Otoboni Filho (FO — Araçatuba)** "Estudo histológico comparativo entre o tratamento endodôntico, curetagem periapical, apicetomia e obturação retrógrada em dentes de cães com lesão periapical" **Resumo:** Dentes com lesões periapicais provocadas experimentalmente foram tratados endodônticamente e o tratamento complementado ou não com curetagem periapical, apicetomia ou obturação retrógrada. Após um período pós-operatório de 180 dias, constatou-se histologicamente que as técnicas cirúrgicas de apicetomia e obturação retrógrada apresentaram os resultados mais favoráveis, com restabelecimento do espaço periodontal apical, recobrimento parcial ou total de dentina exposta pelo ato cirúrgico e reinserção de fibras periodontais no osso e cimento neoformados. **Banca:** Valdir de Souza, Ariano Penteado Simões Filho, Wanderly Ferreira da Costa, Roberto Miranda Esberard, Pedro Felício Estrada Bernabé, Jayme Maurício Leal e Mauro Juvenal Nery. **Doutorado**, dia 25 de novembro, na FO/ARAÇATUBA.

ALUNO

• **Ana Alice Jarreta de Castro (IB — Rio Claro)** "O gênero Clotesrium (Zygnemaphyceae) no Estado de São Paulo: Levantamento florístico" **Resumo:** O trabalho está fundamentado no exame de 343 amostras provenientes do Estado de São Paulo, das quais 328 encontravam-se depositadas no Herbário Científico do Estado "Maria Eneyda P. Kauffman Fidalgo" (SP) e 15 foram coletadas posteriormente pela autora. Foram identificados 66 táxons infragenéricos de Clotesrium, compreendendo 47 espécies, 26 variedades não típicas de suas respectivas espécies e uma forma taxonômica também não-típica. **Banca:** Carlos Eduardo de Mattos Bicudo, Maria Teresa de Paiva Azevedo e Yumiko Ugadim. **Mestrado**, dia 06 de novembro, no IB/RIO CLARO.

• **Haroldo Wilson Moreira (IBILCE — São José do Rio Preto)** "Frequência dos fenótipos das haptoglobinas em portadores de hemoglobinas normais e anormais, especialmente Falcemias e Talassemias" **Resumo:** Com o objetivo de se verificar as possíveis influências de algumas hemoglobinas anormais na distribuição dos fenótipos das haptoglobinas, como também nas frequências de seus genes, foram analisados 645 indivíduos, sen-

do 484 portadores de hemoglobina normal e 161 com hemoglobinopatias. **Banca:** Paulo Cesar Naoum, Marileila Varela Garcia, Aguinaldo Luiz Simões, Jehud Bortolozzi e Gunter Hoxter. **Doutorado**, dia 09 de novembro, no IBILCE/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO.

• **Maria Cristina Leão Soza (FCA - Botucatu)** "A Cultura do Limão na Região de Botucatu: Inserção na exploração e comercialização a nível do Estado de São Paulo e suas perspectivas." **Resumo:** Neste trabalho resolveu-se avaliar a implantação e situação da cultura do limão na região de Botucatu, e comparar a produção e comercialização de outras regiões do Estado de São Paulo, verificando-se o potencial e as perspectivas deste setor da economia agrícola regional. **Banca:** Flávio Abranches Pinheiro, Ary Aparecida Salibe, Antonio Ambrósio Amaro, Evaristo Marzabal Neves e Rubens José Pietsch Cunha. **Mestrado**, dia 12 de novembro, na FCA/BOTUCATU.

• **Pedro Ângelo Cintra (FO — Araçatuba)** "Estudo do Processo de reparo em fratura de arco zigomático e dos níveis plasmáticos de íons cálcio e fosfato e de testosterona, em ratos lesados na eminência mediana do hipotálamo" **Resumo:** A finalidade do presente trabalho é de estudar o processo de reparo de fratura da porção anterior do arco zigomático através de estudo histológico, em ratos lesados na eminência mediana do hipotálamo, assim como, as concentrações plasmáticas dos íons cálcio e o fosfato e os níveis plasmáticos de testosterona, seguido de um grupo controle durante um período de 36 dias. **Banca:** Almir Lima de Castro, Acyr Lima de Castro, Wilson Abrão Saad, José Antonio de Campos Machado, Sylvio Alves de Aguiar, Antonio Fernando Tommasi e Gildo Mathews. **Doutorado**, dia 18 de novembro, na FO/ARAÇATUBA.

• **Moacir Godinho (FCA — Botucatu)** "Considerações sobre a racionalização do uso da energia elétrica em três atividades agroindustriais" **Resumo:** O presente trabalho estuda várias formas como a energia elétrica está sendo empregada em atividades agroindustriais, confronto entre os diversos parâmetros elétricos envolvidos e seus efeitos na produção e tempo de uso dos equipamentos elétricos, observando critérios de racionalização do uso dessa fonte energética em função da legislação tarifária. **Banca:** César Piedade Júnior, Widsney Alves Ferreira, Elisa Zanúncio Vendramini, Nilson Augusto Villa Nova, José Carlos Ometto, Luiz Gonzaga de Souza, Jayme de Toledo Piza e Almeida Neto. **Doutorado**, dia 24 de novembro, na FCA/BOTUCATU.

• **Everaldo Pinto Conceição (FCA/Botucatu)** "Níveis apropriados de vazão de alimentação no processamento de grãos agrícolas em moinhos a martelos através da energia específica" **Resumo:** No presente trabalho objetivou-se determinar níveis ótimos de processamento de milho, sorgo e trigo em moinhos a martelos de pequeno porte, acionados por motores de 5 e 7,5CV em quatro peneiras de crivo variando de 0,8 a 10,00mm. **Banca:** César Piedade Júnior, Sérgio Hugo Benez, Luiz Carlos Bedushi, Jayme de Toledo Piza Almeida Neto, Elisa Zanúncio Vendramini, Carlos Antonio Gamero e Paulo Curi. **Doutorado**, dia 27 de novembro na FCA/BOTUCATU.

• **Pedro Jureidini (IB/Botucatu)** "A ecologia e a poluição na represa de Barra Bonita, no Estado de São Paulo" **Resumo:** Entre os meses de março de 1984 e fevereiro de 1985 foram realizadas campanhas mensais de coleta de amostras em dez pontos da represa de Barra Bonita, no Estado de São Paulo. Foi levantado uma série de dezoito parâmetros para caracterização dos efeitos da poluição oriunda de importantes áreas urbanas, industriais e agropastoris sobre o ecossistema aquático. **Banca:** José Figueiredo Pedras, Samuel Murgel Branco e João Domingos Rodrigues. **Mestrado**, dia 27 de novembro, no IB/BOTUCATU.



Convênio ampliará acervo de periódicos

A Universidade firmou, recentemente, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) um convênio visando dar apoio às bibliotecas das Unidades, coordenadas pela Biblioteca Central — campus de Marília.

O CNPq irá repassar à UNESP um recurso financeiro, da ordem de Cz\$ 1.500.000,00, para a aquisição de 110 assinaturas de revistas estrangeiras, de todas as áreas do conhecimento, e complementar as coleções de periódicos já existentes nas bibliotecas.

Os critérios do CNPq para a seleção dos títulos fundamentam-se, principalmente, nos cursos de pós-graduação oferecidos pela UNESP. A diretora da Biblioteca Central, Tereza da Silva Freitas de Oliveira, aponta a importância do convênio: "São periódicos considerados imprescindíveis pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) para o acervo das bibliotecas da Universidade".

A diretora lembra, ainda, que o CNPq tem interesse na manutenção desses títulos em toda a rede de bibliotecas, "pois elas integram o programa 'Comunicação Documentária' do MEC, Capes e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia". E conclui: "A reciprocidade desse convênio é de que a UNESP forneça, para os pesquisadores do país, cópias dos artigos científicos contidos nessas revistas".

OUTROS

Foram também firmados com a UNESP os seguintes convênios:

— Com o Ministério da Saúde, objetivando aprimorar a coordenação e a execução de atividades de Desenvolvimento

dos Serviços Básicos de Saúde. Para implantação desse convênio, o Ministério destinará à Universidade Cz\$ 2.074.000,00.

— Com a Prefeitura do Município de São Paulo, através da Secretaria Geral da Administração, que oferecerá bolsas-auxílio e bolsas-treinamento para estágio curricular aos alunos regularmente matriculados no IAP-São Paulo.

— Com as Instituições de Ensino Superior — UnB, UNICAMP, Uni-Rio, UFRGS, UFRJ, UFMG, UFBa, UFPe e UFPb —, através da Capes, com a finalidade de promover intercâmbios didáticos, artísticos (na área da música) e editoriais em nível de graduação e pós-graduação, bem como estimular a realização de projetos conjuntos de pesquisa e de extensão entre as IES.

— Com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, com o objetivo de estabelecer condições básicas de cooperação na definição, planejamento, coordenação e execução de estudos, levantamentos, pesquisas, planos e programas, juntamente ao Departamento de Genética, do IB-Botucatu. A prioridade é o aprofundamento do conhecimento técnico-científico e a sua aplicação em conservação e caracterização de recursos genéticos e animais.

— Com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico — PADCT, que repassará recursos financeiros a dois projetos de pesquisa do departamento de Geologia Geral e Aplicada do IGCE — Rio Claro. Os projetos, vinculados ao subprograma Geociências e Tecnologia Mineral, são: "Estudos Geofísicos Aplicados à Geologia de Planejamento" (US\$ 43,105.00) e "Laboratório de Análises Mineralógicas

e Texturais por Difractometria de Raio X" (US\$ 150,000.00).

— Com a CITROSUCO PAULISTA S/A, com o objetivo de conceder estágio profissional a alunos matriculados no Instituto de Química — campus de Araraquara.

— Com a Universidade Estadual do Maranhão, para desenvolverem, em cooperação recíproca, projetos de pesquisa, estágios, assessoramento técnico-científico e aperfeiçoamento em recursos humanos nas diversas áreas do saber.

— Com o Ministério da Agricultura, objetivando a execução do Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis junto à FCA-Botucatu.

— Com a Cooperativa de Cafeicultores da Zona de São Manoel, para executar os Programas de Incentivo e Assistência Técnica à Agropecuária da região, realizados através do Núcleo de Extensão de Serviços à Comunidade (NESC) da FCA e do Grupo de Extensão de Serviços à Comunidade (GESC) da FMVZ, ambas do campus de Botucatu.

— Com a Universidade de Castilla—La Mancha, Espanha, estabelecendo relações de intercâmbio científico e cultural para o melhoramento econômico e social dos povos de origem hispânica.

— Com a Capes/MEC, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico — PADCT, objetivando a concessão de oito bolsas de estudo no País (pós-doutorado, doutorado, mestrado e/ou especialização) para a execução do subprograma "Educação para a Ciência" e, também, para o desenvolvimento do projeto de pesquisa "Educação Matemática: Divulgação dos fundamentos filosóficos e científicos do ensino da aprendizagem da matemática", no IGCE-Rio Claro.

Em 88, mais um curso de Pós na Universidade

A partir do ano que vem a UNESP vai oferecer mais um curso de pós-graduação: Geografia, área de concentração em "Ambiente e Sociedade", mestrado, no Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais (IPEA), campus de Presidente Prudente.

O período de inscrição compreenderá todo o mês de janeiro. As provas de seleção dos candidatos serão realizadas de 22 a 24 de fevereiro e as aulas começam em março. O número de vagas deverá ficar em torno de dez.

O IPEA oferece curso de geografia, em nível de graduação, há 26 anos. Dez professores do quadro docente do Instituto e outros cinco visitantes serão os responsáveis pelo novo curso, e cada um deles deverá atender, no máximo, dois orientandos. A biblioteca do IPEA conta com 6.500 títulos de livros e 200 de periódicos (entre nacionais e estrangeiros) relacionados a geografia, além de 66 atlas e 1.067 mapas. Este é o terceiro curso de pós-graduação em geografia criado em São Paulo e o sétimo em termos de Brasil.

Campus de Araraquara tem novas instalações

O Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação (ILCSE) e a Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), do campus de Araraquara, inauguraram, no dia 21 de novembro, um novo prédio que servirá à administração das duas unidades. Localizado no campus universitário da rodovia Araraquara-Jaú, km 1, tem 1.500 m² de área construída e custou Cz\$ 10,5 milhões.

Para a administração da FCF, que funcionava anteriormente numa área de 300 m² no prédio da Faculdade de Odontologia, no campus do centro da cidade, a vantagem de ora ficar no novo prédio é que, além das melhores condições, a maioria dos departamentos funcionam no mesmo campus. A mudança também é útil à Odontologia, que poderá dispor daquele espaço.

Já para o ILCSE, a saída da administração de seu prédio permitirá a instalação de centros de estudos e de uma pequena unidade de multi-meios, mas também, e principalmente, o aumento do número de salas de aulas.

Laboratório da FCF já faz teste de Aids

O Laboratório de Análises Clínicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), campus de Araraquara, está realizando exames que visam detectar a presença do vírus da Aids. O atendimento às pessoas suspeitas de portarem o vírus é feito através de uma ação conjunta entre o Laboratório e as prefeituras da região de Araraquara, que se responsabilizam pela compra do "kit" importado para a realização dos exames. Quando ocorre um caso positivo, o paciente é encaminhado ao hospital Albert Einstein, em São Paulo, onde são realizados exames que fornecem informações mais detalhadas.

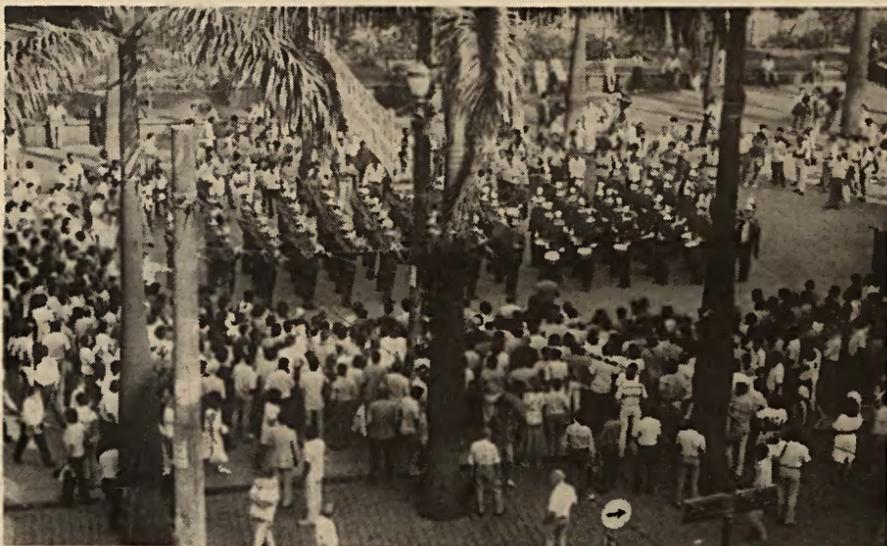
Apesar de estar aberto ao atendimento de todos os interessados, a maior preocupação, em relação a Aids, é com os doadores de sangue. Ou seja, o objetivo da professora Clara Pechmann Mendonça, responsável pelo Laboratório, é prestar um atendimento de caráter preventivo à proliferação da doença, evitando que o sangue doado por uma pessoa contaminada pelo vírus seja injetado em um paciente sã.

IPEA conta com um sismógrafo

O Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais (IPEA), do campus de Presidente Prudente, conta com um sismógrafo, instalado em junho, no sítio Primavera, na zona rural da cidade, através de um acordo de pesquisa firmado com o Instituto Astronômico e Geofísico da USP.

Apesar de previsto para ser desativado em agosto passado, o sismógrafo deverá ficar pelo menos até janeiro, em função dos resultados obtidos, e, talvez, fazer parte de uma estação permanente de sismografia que, segundo a professora de geofísica do IPEA, Tereza Higashi Yamabe, "poderá ser útil para detectar abalos inclusive regionais, como no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás", observa.

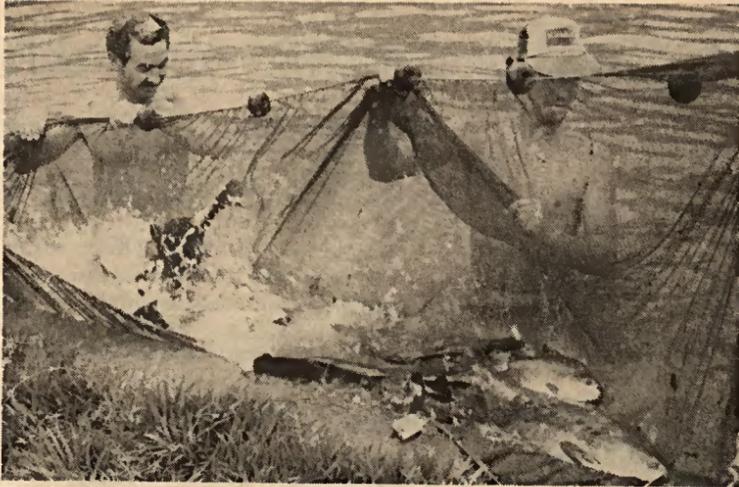
Apesar de Presidente Prudente estar localizada numa região onde os abalos sísmicos são poucos prováveis, já houve ocasião em que eles ocorreram. Como na madrugada do dia 5 de dezembro de 1983, quando a população acordou assustada com um pequeno tremor que chegou a afetar paredes e, em alguns locais, a provocar rachaduras no solo.



Sé parou para ouvir a banda de Jaboticabal

No dia 19 de novembro, a Praça da Sé parou para apreciar a Banda Marcial "Armando Marchesan", composta por 93 alunos da Escola Técnica José Bonifácio, da UNESP em Jaboticabal, dirigida pelo professor Moacir Pazetto. Fundada em 1981 e mantida desde então pelo industrial Armando Marchesan, de Matão, a Banda conta

com dois instrutores: Roger Silveira Silva, para instrumentos de percussão, e José Umberto Marabini, para instrumentos de sopro, ambos professores do Colégio Técnico de Jaboticabal. Atualmente, realiza mais de 25 apresentações anuais, inclusive fora do Estado de São Paulo.



A retirada das matrizes é feita com cuidado e a aplicação da injeção de hormônio exige rapidez. E depois, a retirada do esperma e dos óvulos.

Aqüicultura tem projeto multidisciplinar

Um centro de pesquisas não só de caráter multidisciplinar mas que também envolve, já no início de suas atividades, três unidades da Universidade. É o Centro de Aqüicultura da UNESP, instalado na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV), do campus de Jaboticabal, e que conta com a participação de docentes de Botucatu e Rio Claro. Desenvolver novos trabalhos de pesquisa e formar quadros de nível superior e médio são os objetivos do Centro, recentemente criado e cuja proposta vai ao encontro da política da Reitoria no sentido de a UNESP desenvolver projetos de maior vulto.

No momento atual, o trabalho principal do Centro é o de tornar o pacu, um peixe facilmente encontrado no pantanal matogrossense, reproduzível em cativeiro. Há projetos voltados para outros peixes, além de rãs e camarões de água doce.

FALTA TECNOLOGIA

A aqüicultura no Brasil, na opinião do coordenador do projeto, professor Newton Castagnolli, enfrenta vários problemas que afetam seu desenvolvimento. Um dos principais é a falta de

tecnologia para ser aplicada no cultivo de espécies indígenas, que contam com boa aceitação no mercado. Outro é a falta de mão-de-obra de nível médio e até de nível superior. “Há falta tanto de operadores de piscigranjas quanto de pesquisadores”, observa Castagnolli.

Em função desses problemas e considerando que a aqüicultura é um campo promissor, docentes desses três campus da UNESP resolveram desenvolver estudos com várias espécies de peixes e, simultaneamente, formar mão-de-obra especializada através de cursos de nível médio e de pós-graduação (mestrado).

O programa, denominado “Aqüicultura na UNESP”, tem dois objetivos básicos: desenvolver quatro subprogramas de pesquisas que contam com 25 sub-projetos e também criar condições de prestar serviços à comunidade, como capacitação de mão-de-obra, através da formação de operadores de piscigranjas, de estações de piscicultura, extencionistas etc.

Há quinze anos dedicando-se à área, Newton Castagnolli está otimista, uma vez que as pesquisas realizadas até agora deram bons resultados. “Já avançamos razoavelmente e a aqüicultura começa a

ser praticada mais intensivamente em bases comerciais em todo o País”, afirma.

INJEÇÃO DE PIRACEMA

Para tornar o pacu uma espécie “doméstica”, os pesquisadores estão estudando seu comportamento desde a reprodução à alimentação, passando pela fisiologia, técnicas de manejo e ainda melhoramento genético do peixe.

A reprodução do pacu em seu habitat natural se dá através da “piracema”, que ocorre nos meses de novembro e dezembro, quando a temperatura é alta e os peixes migram rio acima, percorrendo centenas de quilômetros, contra a correnteza. Esse esforço faz com que a hipófise estimule as funções sexuais e, assim, o peixe libera o óvulo e o esperma que irão se fecundar numa região onde o rio é menos caudaloso.

Como em cativeiro essa forma de reprodução é impossível, é praticada a indução artificial para liberação do óvulo e do esperma. São retirados os hormônios da hipófise de outras espécies, como corimba e carpa, que passam por um processo de semi-purificação ou purificação em laboratório. Obtido o hormô-

nio, os técnicos o injetam na região lombar das matrizes — macho e fêmea. “Essa injeção — compara o professor — exerce a função da piracema no sistema nervoso central do peixe, especificamente na hipófise.”

DO LABORATÓRIO PARA OS TANQUES

Depois de 20 a 23 horas da aplicação da injeção de hormônio, é feita uma compressão no abdômen do peixe para liberação do esperma, no caso do macho e do óvulo, no caso da fêmea. O material é imediatamente coletado e levado para uma incubadora, permanecendo no laboratório por três dias, para a fecundação.

Decorrido esse período, as larvas são colocadas em tanques especiais, com temperatura média de 25 graus, durante três meses. Nessa fase, a larva se transforma em alevino, medindo de cinco a oito centímetros de tamanho. São então transportados para o tanque de recria.

A partir de então, os alevinos entram na fase adulta. Mas é só com um ano e meio que atingirão o peso médio de 1,5 kilo, podendo ser comercializados.

Ir ao habitat natural do pacu. E descobrir o melhor alimento

Para fechar o ciclo de vida do pacu (reprodução, recria e engorda), os pesquisadores envolvidos no programa “Aqüicultura na UNESP” trabalham a fim de obter uma ração artificial para as larvas e alevinos e uma dieta de engorda para o “adulto”. Um dos pesquisadores, o professor Luiz Edivaldo Pezzato, do curso de Zoologia da FMVZ, campus de Botucatu, pretende estender a pesquisa até o habitat natural do pacu para analisar o conteúdo gastro-intestinal do peixe, com o objetivo de saber como se alimenta em seu ambiente original.

Desenvolver um tipo de ração especial, complexa, tanto para as larvas como para os alevinos, é um dos objetivos do professor Luiz Pezzato. “Estamos pesquisando a substituição da alimentação natural por artificial, utilizando os subprodutos da agropecuária”, observa.

Essa alimentação natural se constitui do fito-plancton e do zoo-plancton, que se desenvolvem naturalmente nos tanques. Na ração artificial, explica o pesquisador, seriam adicionados subprodutos como a farinha de carne, farinha de peixe, farelo de soja, fubá de milho, farelo de trigo, de arroz, e complexos vitamínicos e minerais.

“Estamos estudando a alimentação da larva e o teor de proteína consumida, para depois aplicarmos dietas artificiais”, explica Luiz Pezzato, que se preocupa ainda com os custos da ração obtida através dos subprodutos agropecuários.

A alimentação que será utilizada para a engorda do peixe na fase adulta também poderá ser feita através de subprodutos. “Por enquanto — observa o professor — estamos estudando o metabolismo dos ácidos graxos e o aproveitamento de gordura de origem animal e vegetal como fonte economizadora de proteína (óleo de soja ou banha de sebo animal). Estudamos, ainda, parte das exigências nutricionais e a etologia, que é o comportamento alimentar”.

Uma das grandes novidades é um consórcio entre a criação de pacus e de marrecos de Pequim, cujos excrementos poderão auxiliar na alimentação dos peixes. A preocupação central, no entanto, é conhecer profundamente todo o processo que envolve a alimentação do pacu. “Em função dessas informações, vamos desenvolver um trabalho de zootecnia de nutrição e alimentação para ser aplicado em piscigranjas”, conclui Luiz Pezzato.

Além de peixes, o Centro passa a pesquisar a rã e o camarão

As primeiras pesquisas com peixes, no campus de Jaboticabal, foram realizadas em meados de 1972, pelo antigo setor de Piscicultura que pertencia ao então Departamento de Zootecnia. Em quinze anos, o número de pesquisas se multiplicou, como também foram ampliados os espaços para serem executadas. Até que, neste ano, esse núcleo de pesquisa foi transformado no Centro de Aqüicultura pois, além de trabalhos com várias espécies de peixes, existem outros relacionados com a criação de rãs e camarões de água doce. E quem acompanhou todo o processo ao longo desse período foi o professor Newton Castagnolli, hoje coordenador do Centro.

Para a execução do início do programa “Aqüicultura na UNESP”, foram investidos inicialmente cerca de Cz\$ 10 milhões. Os outros projetos de pesquisa consumirão mais Cz\$ 26 milhões. Essas verbas estão sendo aplicadas na ampliação de prédios, na melhoria das instalações, como viveiros e laboratórios para o cultivo de camarões e criação de rãs, e na aquisição de equipamentos para pesquisas e de veículos, como um micro-tractor para o transporte de peixes e material pelas instalações do Centro.

No futuro, serão ainda construídos mais tanques, galpões, laboratórios, um museu ictiológico, sala de reuniões e salas de aulas.

Após esses investimentos, conforme a previsão do professor Newton Castagnolli, o Centro de Aqüicultura terá mais e melhores condições de atender à demanda das inúmeras pesquisas ali desenvolvidas, além de poder receber um maior número de alunos, tanto da graduação como da pós-graduação, e promover cursos para a formação de operadores de piscigranjas e para a comunidade em geral.

Já em novembro, o Centro realizou o primeiro curso de aqüicultura, em nível médio, para capacitar interessados no manejo de tanques, piscigranjas e peixes. Para o próximo ano, está programado o início de um curso de especialização e de pós-graduação em nível de mestrado.

“Com isso — salienta Newton Castagnolli — pretendemos colaborar decisivamente na implantação da aqüicultura no Brasil, proporcionando um sólido embasamento científico e tecnológico aos futuros pesquisadores”.